

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**REGIONALISMO E PROTAGONISMO: MINAS GERAIS, RIO  
GRANDE DO SUL E SÃO PAULO NA POLÍTICA NACIONAL**

**RENATO ARTHUR FRANCO RODRIGUES**

Brasília  
2011

Renato Arthur Franco Rodrigues

**REGIONALISMO E PROTAGONISMO: MINAS GERAIS, RIO  
GRANDE DO SUL E SÃO PAULO NA POLÍTICA NACIONAL**

Monografia apresentada ao Instituto de  
Ciência Política da Universidade de  
Brasília para obtenção do título de  
bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Paulo César  
Nascimento

Brasília

2011

Renato Arthur Franco Rodrigues

**REGIONALISMO E PROTAGONISMO: MINAS GERAIS, RIO  
GRANDE DO SUL E SÃO PAULO NA POLÍTICA NACIONAL**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília para obtenção do título de bacharel em Ciência Política e apresentado à seguinte banca examinadora:

---

PROFESSOR PAULO CÉSAR NASCIMENTO  
(Universidade de Brasília)

---

PROFESSORA MARILDE LOIOLA DE MENEZES  
(Universidade de Brasília)

Brasília

2011

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho de monografia a todos aqueles que sejam desacreditados pelo simples fato de acreditarem nas suas ideias.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos meus pais por dois motivos muito evidentes – por me darem a vida e por me ensinarem a caminhar nesta vida.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à Universidade de Brasília (UnB) por todas as oportunidades oferecidas à minha pessoa.

Em terceiro lugar, gostaria de agradecer a todos os meus amigos e amigas que acreditaram na ideia deste trabalho de monografia e me apoiaram durante o processo de elaboração deste trabalho.

Em quarto lugar, agradeço ao meu ilustre orientador Paulo César Nascimento, grande entusiasta deste tema deste trabalho de monografia.

Em quinto lugar, gostaria de agradecer a todos os autores que consultei para realizar este presente trabalho.

Em sexto lugar, meus agradecimentos aos funcionários do Instituto de Ciência Política (UnB) que me auxiliaram a realizar esta etapa de conclusão da graduação.

Em sétimo lugar, gostaria de agradecer a todos os professores dos quais tive a honra aluno na Universidade de Brasília pela inspiração intelectual.

Por fim, gostaria de agradecer nominalmente aos amigos André Jácomo de Paula Pinto, Dayse Araújo de Conde Sena, Elmo Ribeiro de Araújo, Karla Joyce de Freitas Matos e Matheus Martins Ferreira e a Mikaela Soares Silva que contribuíram de forma decisiva para a conclusão deste trabalho de monografia.

## RESUMO

O presente trabalho se dedica a entender o qual o impacto das rebeliões direcionadas ao governo central promovidas pelos três estados em estudo sobre a formação de seus respectivos regionalismos e sobre o prestígio político destes estados no cenário nacional. Portanto, o seguinte trabalho se dedica em um primeiro momento a estudar estes movimentos e em um segundo momento a estudar a formação destes regionalismos. Em uma etapa posterior o trabalho aborda a força política destes três estados durante a República Velha e a Revolução de 30. A conclusão deste trabalho é de que estes três estados têm em seus movimentos emancipacionistas importantes motivações tanto para a formação dos seus regionalismos quanto para a preponderância de seus interesses políticos no cenário nacional.

**Palavras-chave:** federalismo, regionalismo, separatismo, política estadual.

## Sumário

Introdução.....	8
1. Rebeliões direcionadas contra o governo central .....	15
1.1 Inconfidência Mineira.....	15
1.2 Revolução Farroupilha.....	19
1.3 Revolução Constitucionalista de 1932.....	22
2. Formação das Identidades Regionais ou Regionalismos .....	25
2.1 Regionalismo Mineiro.....	25
2.2 Regionalismo Gaúcho.....	33
2.3 Regionalismo Paulista.....	40
3. Política dos Governadores e Política do Café-com-Leite .....	46
4. Revolução de 30.....	50
Conclusão .....	55

## Introdução

Os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo sempre tiveram grande força política em nível nacional. Seja pelo contingente populacional ou pela força econômica, o certo é que estes estados sempre apresentaram maior força política do que os demais estados da federação.

Evidentemente, não se pode refutar que tanto o tamanho de suas populações quanto o tamanho de suas economias contribuem com a força política destes estados. No entanto, outros estados também possuem economias pujantes e grande população e, no entanto não dispõem do mesmo prestígio político.

Para fins de ilustração, a tabela abaixo exhibe os seis maiores estados em termos populacionais em relação aos seus respectivos Produtos Internos Brutos (PIB).

Estado	Posição	População	% da pop.	PIB	% do PIB	Posição
			Total	em R\$ mil (2008)	Total	
<b>SP</b>	1	41.252.160	21,60%	1.003.016.000	33,08%	1
<b>MG</b>	2	19.595.309	10,40%	282.522.000	9,31%	3
<b>RJ</b>	3	15.993.583	8,30%	343.182.000	11,31%	2
<b>BA</b>	4	14.021.432	7,60%	121.508.000	4,00%	7
<b>RS</b>	5	10.695.532	5,60%	199.499.000	6,58%	4
<b>PR</b>	6	10.439.601	5,50%	179.270.000	5,91%	5

Os dados apontam que São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são estados bastante populosos e possuem economias importantes. No entanto, outros estados como Bahia, Rio de Janeiro e Paraná também possuem grandes contingentes populacionais e importantes economias, no entanto, o prestígio político destes estados não está equiparado ao prestígio dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Esta importância destes três estados no contexto federativo tem início na Primeira República. Love (1982) aponta que em 1910, somente três das vinte unidades da federação (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo) respondiam por mais da metade do total de votos nas eleições presidenciais diretas e respondiam ainda por um percentual semelhante do PIB registrado em 1920.

Outro dado que pode apontar para o prestígio político destes três estados é o número de presidentes da República e presidentes da Câmara dos Deputados que foram eleitos por estes estados.

Entre os cinquenta mandatos de presidentes da Câmara dos Deputados no período republicano, 15 são mineiros, 14 são paulistas e quatro são gaúchos. São os respectivos primeiro, segundo e quarto lugares em relação aos representantes das bancadas estaduais na presidência da Câmara dos Deputados.

Entre os presidentes do Brasil, oito são mineiros, seis são gaúchos e cinco são paulistas. Em relação ao tempo de governo, os gaúchos lideram a disputa: no total foram 36 anos e meio à frente da presidência do Brasil.

Poderia se argumentar que vários presidentes da Câmara dos Deputados são oriundos destes estados em função do tamanho de suas bancadas. No entanto, outros estados também possuem grandes bancadas e não gozaram do mesmo sucesso nas eleições para presidente da Câmara. A tabela abaixo mostra as seis maiores bancadas estaduais da Câmara dos Deputados.

<b>Estado</b>	<b>Nº de deputados</b>	<b>População</b>	<b>Nº de habitantes/ Deputado</b>
<b>SP</b>	70	41.252.160	589.317
<b>MG</b>	53	19.595.309	369.723
<b>RJ</b>	46	15.993.583	347.687
<b>BA</b>	39	14.021.432	359.524
<b>RS</b>	31	10.695.532	345.017
<b>PR</b>	30	10.439.601	347.987

O somatório dos deputados das bancadas dos três estados (SP, MG e RS) corresponde a 30% do total de cadeiras da Câmara dos Deputados (154 deputados), este dado, indubitavelmente, confere força política às bancadas destes estados. Entretanto, o somatório das bancadas do RJ, BA e do PR representa 22,4% do total de cadeiras da Câmara Federal (115 deputados), o que também representa uma importante bancada na Câmara. No entanto, destes três estados apenas a bancada do Rio de Janeiro<sup>1</sup> (dois

---

<sup>1</sup> Um dos presidentes da Câmara dos Deputados atribuídos à bancada do Rio de Janeiro é Aduino Lúcio Cardoso, que foi eleito pelo extinto estado da Guanabara.

presidentes) e a bancada da Bahia (três presidentes) conseguiram eleger presidentes da Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, cabe o seguinte questionamento: o que fez com que os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo dispusessem de tamanho prestígio político?

Uma hipótese é a de que estes estados sempre estiveram intimamente envolvidos com as questões nacionais. Os três estados sempre estiveram à frente dos principais eventos históricos e políticos nacionais.

É interessante notar que estes três estados estiveram envolvidos em importantes episódios políticos no período republicano. Em primeiro lugar, as províncias que se haviam desenvolvido mais durante o Segundo Império (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo) desejavam obter maior influência direta sobre o governo central a ser instaurado no regime republicano. Outra influência exercida pelos três estados se traduz na política do café-com-leite, onde Minas Gerais e São Paulo se revezavam no poder, é amplamente conhecida. A revolução de 30 foi encabeçada por um governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, que viria a se tornar presidente. O regime militar iniciado em 1964 teve participação fundamental, desde a sua origem, de militares gaúchos. Três dos presidentes do regime militar são gaúchos.

A relação entre os dois estados que protagonizaram a política do café-com-leite se modificou ao longo do tempo. São Paulo continuou a ser um estado economicamente poderoso, no entanto, ultrapassou Minas Gerais como o maior colégio eleitoral do país. Minas Gerais, no entanto, não perdeu prestígio político ao longo do tempo. Assim como São Paulo, também elegeu presidentes e sua bancada continua influente no Congresso Nacional.

Coincidência ou não, o fato é que Minas Gerais e São Paulo representaram dois pólos econômicos em ciclos distintos na história nacional. Minas Gerais foi o centro econômico da colônia no século XVIII. Com o declínio da produção aurífera, houve a ascensão do café como principal produto de exportação do país. O cultivo do café teve início no Vale do Paraíba, no entanto sua expansão se deu para o oeste paulista, onde se criou uma classe de cafeicultores. Portanto, a política do café-com-leite, se deu em função tanto de aspectos econômicos quanto históricos.

A porta de entrada para os presidentes paulistas e mineiros parece ter sido tanto a política do café-com-leite na República Velha como, posteriormente, a força política construída ao longo do tempo por estes estados. A porta de entrada para os presidentes

gaúchos parece ter sido o militarismo. Dentre os seis presidentes gaúchos, quatro eram militares de formação. Quatro governaram o Brasil em regimes autoritários.

A região do atual Rio Grande do Sul historicamente foi uma região militarizada. Seja em função da própria Revolução Farroupilha, da Guerra do Paraguai ou em função de conflitos com seus vizinhos platinos, o fato é que esta região sempre teve vocação militar. A região do sul do Brasil participou como coadjuvante dos ciclos econômicos do país. A atividade econômica preponderante nesta região estava relacionada com a pecuária, que tinha sua produção voltada para o incipiente mercado interno da colônia. Desta maneira, as elites econômicas do Rio Grande do Sul não puderam alcançar maior poder político. Este papel ficou reservado às elites militares gaúchas.

Wirth (1982) afirma que o federalismo desigual observado com a república permitia aos presidentes favorecer os grandes estados do país, notadamente – Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Skidmore (1998) argumenta que os poderes conferidos aos estados pela Constituição de 1891 davam a estes o direito de cobrar impostos sobre as mercadorias que circulassem em seu território, autonomia para dispor sobre temas essenciais como as exportações e construção de ferrovias. Neste sentido, algumas regiões puderam se desenvolver industrialmente, como São Paulo, enquanto outras, como o Nordeste, tiveram de experimentar um agudo declínio econômico.

Este argumento é sustentado por Love (2000), onde o autor aponta que em 1910, somente três estados entre os vinte da federação eram responsáveis por metade dos votos e correspondiam ainda a uma fatia similar do Produto Interno Bruto nacional registrado em 1920. Segundo o autor, a riqueza e as atribuições fiscais destes estados lhes conferiam recursos suficientes para manter organizações paramilitares que pudessem se confrontar em pé de igualdade com as intervenções militares do governo central, relativamente comuns em outros estados neste período. Faoro (1957) corrobora este argumento, argumentando que não haveriam intervenções nos “estados capazes de reagir em pé de igualdade, com suas milícias – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul”.<sup>2</sup>

É evidente que a política do café-com-leite e a Revolução de 30 fizeram com que estes estados ganhassem estatura política frente aos demais. No entanto, gostaria de apontar outros fatores explicativos desta estatura política. A meu ver, os conflitos contra o governo central em suas respectivas histórias fizeram com que estes estados

---

<sup>2</sup> FAORO, Raymundo. (1957) Os donos do poder. São Paulo: Globo

ganhassem espaço político. E a razão que identifico como fator importante para que estes estados obtivessem este espaço é a formação de uma identidade regional sólida, a qual implicaria em uma consciência de que os interesses políticos fossem voltados para as respectivas regiões de origem dos políticos e não, exatamente, para um todo, ou seja, para o Brasil.

O ponto onde os três estados consolidam sua posição como privilegiados na política nacional está na Revolução de 30. Até então, apenas as elites políticas de Minas Gerais e São Paulo tinham espaço político em razão da política do café-com-leite. A partir da Revolução de 30, mais um estado ganha espaço na política nacional – o Rio Grande do Sul.

A Revolução de 30 consiste no momento histórico onde as trajetórias políticas destes estados se entrelaçam. Este é o momento histórico onde os atores políticos mineiros, gaúchos e paulistas vivem um conflito entre si.

Estes três estados têm em comum, em suas respectivas histórias, insurreições dirigidas contra o governo central. Minas Gerais com a Inconfidência Mineira (1789-1792), Rio Grande do Sul com a Revolução Farroupilha (1835-1845) e São Paulo com a Revolução Constitucionalista de 1932 conseguiram resistir às imposições do governo central em suas respectivas épocas.

É bem verdade que antes da Revolução de 1932, através da política do café-com-leite, São Paulo logrou êxito na política nacional. No entanto, ela é importante para entender a consolidação de uma identidade regional, que foi cristalizada pela Revolução. O surgimento do movimento também mostra a reação à perda de espaço político que São Paulo experimentou com a Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas. Ademais, o estado de São Paulo não foi fortemente ameaçado em relação à sua ascensão político-econômica até a Revolução de 30. Na verdade, nada parecia ser capaz de interromper esta trajetória de ascensão de São Paulo na política nacional. A quebra da aliança do café-com-leite e a associação de Minas Gerais com o Rio Grande do Sul na Revolução de 30 se consistiram em dois fatores ameaçadores à política paulista no cenário nacional.

Estes movimentos emancipacionistas moldaram no imaginário de suas populações um forte sentimento de identidade regional. Um reflexo deste sentimento pode ser ilustrado em relação às bandeiras de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul que são réplicas quase fiéis das bandeiras dos movimentos insurgentes. A bandeira do estado de São Paulo, embora tenha sido elaborada para servir ao regime republicano, foi

adotada posteriormente como um dos símbolos do estado com a Revolução Constitucionalista de 1932.

O regionalismo que será foco deste trabalho tem uma dupla interpretação. A primeira está de acordo com o conceito de regionalismo proposto por Joseph Love (2000) onde o regionalismo se refere a um padrão político onde os atores regionais aceitam a existência de uma entidade maior (o Estado-nação), mas buscam o favorecimento econômico e a proteção política deste último, ainda que isto implique em risco para o próprio regime político.

A segunda interpretação está de acordo com Dante Moreira Leite (1983), onde este afirma que o regionalismo é uma consequência do sentimento de etnocentrismo, sendo este entendido como a tendência do ser humano em entender o grupo ao qual é pertencente como o centro de todas as coisas.

Portanto, nos capítulos subsequentes deste trabalho que irão tratar sobre regionalismo serão abordados aspectos relacionados tanto à primeira, quanto à segunda interpretação sobre regionalismo.

Os três estados também decretaram feriados em relação a datas históricas relacionadas com os três movimentos. Em Minas Gerais, assim como em todo o país, a Conjuração Mineira é lembrada no dia 21 de abril de cada ano (data da morte de Tiradentes). No Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha é celebrada no dia 20 de setembro de cada ano (data do início do conflito) e em São Paulo, a Revolução de 32 é comemorada no dia nove de julho de cada ano (data do início do conflito). Estes feriados ilustram como os movimentos tiveram um caráter de grande importância para a história social e política de suas regiões.

Outro aspecto relacionado à consolidação desta identidade regional está na forma na qual os discursos políticos são proferidos. Seja nas campanhas eleitorais ou nas tribunas das casas legislativas, os políticos oriundos de estados com identidade regional bastante consolidada carregam consigo um discurso que resgatem a importância de seus respectivos estados na história política do país.

Tendo em vista o exposto acima, este trabalho de monografia se dedicará a entender de que maneira as rebeliões dirigidas ao governo central contribuíram na formação das identidades regionais destes estados e como estas identidades operaram para que estes estados tivessem prestígio político.

O primeiro capítulo terá como escopo um delineamento das principais rebeliões contra o governo central, ocorridas nos três estados analisados pelo presente trabalho.

O segundo capítulo se dedicará a delinear as identidades regionais ou regionalismos presentes nestas regiões, analisando historicamente a evolução destes referidos fenômenos durante o período da República Velha.

O terceiro capítulo, por sua vez, tratará do pacto do café-com-leite e da política dos governadores e seus desdobramentos em relação aos rumos da política brasileira, bem como aos rumos dos três estados em estudo.

O quarto capítulo terá seu foco na Revolução de 30 e nas suas implicações políticas para estes três estados.

Por fim, o quinto capítulo portará uma conclusão sobre o objeto de estudo deste trabalho.

## **1. Rebeliões direcionadas contra o governo central**

### **1.1 Inconfidência Mineira**

A Inconfidência Mineira foi uma conspiração de natureza separatista abortada pela Coroa portuguesa em 1789, na então capitania de Minas Gerais. O movimento se posicionava contra, entre outros motivos, a execução da derrama e o domínio português sob a região.

A Inconfidência Mineira ocorreu no final do século XVIII, período no qual a atividade mineradora se encontrava em declínio em Minas Gerais. Não obstante, a Coroa portuguesa objetivava manter a sua arrecadação sobre a atividade mineradora. Com o início do esgotamento das minas de ouro, processo que vinha ocorrendo desde a segunda metade do século XVIII, a arrecadação da Coroa passou a ser escassa. No intuito de tentar reverter a tendência de queda na arrecadação, a Coroa lançou mão de medidas arbitrárias tais como a “derrama”. Esta última consistia na reposição por parte dos trabalhadores livres da região das minas do montante da arrecadação que faltasse para que a vila atingisse a quota estabelecida pela Coroa, que equivalia a 1500 quilogramas de ouro.

As classes mais abastadas da região foram diretamente afetadas pelas medidas impostas pela metrópole, de modo que, sob a inspiração de ideias de cunho liberal, estas classes passaram a conspirar contra a Coroa.

Estas classes, em razão da migração intensa de portugueses para a região, puderam tomar contato com obras de cunho liberal que circulavam na Europa. As ideias liberais foram sendo difundidas entre os integrantes dessas classes.

No entanto, existem divergências quanto ao ideário que poderia ter inspirado o movimento. Alguns autores apontam que teria sido a Revolução Francesa que inspirou o movimento, outros autores afirmam que teria sido a Revolução Americana a inspiração da conjuração. Aqueles que afirmam que foi a Revolução Francesa sustentam que os livros de iluministas que inspiraram a Revolução Francesa circulavam pelas altas rodas da sociedade mineradora. Desta maneira, os inconfidentes certamente puderam ter acesso a estas obras. Por outro lado, aqueles que alegam que a Revolução Americana é que teria inspirado o movimento argumentam que as propostas do movimento para a república que seria fundada se baseavam nos princípios republicanos norte-americanos.

O movimento é considerado importante para a história política nacional por ter sido o primeiro movimento com sentido patriótico, com ideário liberal e projetos nacionais. O que se tinha até então, em termos de insurreições eram de caráter localizado, no sentido de que não havia um projeto de se construir uma nação e tampouco da instauração de uma república. Maxwell (1989) sustenta que a Conjuração Mineira foi o único dos movimentos nativistas que possuía motivação anticolonial e fortemente nacionalista, no sentido de que apresentava um projeto arrojado para o Estado independente, caso este fosse criado.

Há quem refute a idéia de revolução, visto que a Conjuração Mineira não chegou a eclodir. Entretanto, havia um planejamento de uma movimentação de tropas insurgentes visando a prisão do governador da capitania de Minas Gerais e, assim, decretar a independência da capitania e, se possível, de toda a colônia. Este ponto não é pacífico entre os autores, visto que alguns acreditam que a Inconfidência não passou de uma conspiração, uma vez que foi abortada pela Coroa portuguesa. Outros postulam que em virtude do planejamento paramilitar do movimento, do ideário liberal e da existência de um projeto nacional, a Inconfidência foi original, ainda que não tenha conseguido eclodir de maneira efetiva.

Maxwell (1989) aponta que os conspiradores estavam tão seguros de que iriam implementar seus planos que elaboraram leis e até mesmo uma constituição para o futuro Estado independente. No entanto, não se sabe se este Estado resultante do êxito do movimento se estenderia por toda a colônia ou se o movimento ficaria circunscrito à região mineradora.

Também se discute se a Conjuração teve apoio popular ou se foi uma conspiração restrita às camadas mais influentes da sociedade mineradora. Há quem diga que teve caráter popular, posto que alguns dos líderes da revolução, incluindo-se Tiradentes, não eram pertencentes de classes abastadas. Outros apontam que não se pode conferir um caráter popular ao movimento, pois, ainda que as ideias do movimento estivessem difundidas, não houve um levante popular.

Sobre a ausência de um levante popular na Inconfidência Mineira, alguns autores atribuem este aspecto à falta de um fator de motivação, sendo este fator a “derrama” que não fora decretada em razão da Coroa portuguesa já ter sido devidamente informada sobre o caráter conspiratório do movimento. Outros afirmam que não houve o levante em razão da incapacidade do movimento em realizar uma

mobilização popular, o que provaria que o movimento foi restrito às altas rodas da capitania de Minas Gerais.

Maxwell (1989) aponta que a Conjuração teve apoio de algumas das figuras mais ricas e importantes da capitania e contava com o apoio significativo das tropas militares da região.

A falta de documentação sobre o período faz com que a principal fonte histórica sobre o assunto seja os *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, em outras palavras, o conjunto de depoimentos colhidos dos líderes do movimento em seu julgamento. Desta forma, é nítido que as falas atribuídas aos líderes podem estar enviesadas, deslocadas de seu contexto original.

A historiografia sobre o movimento possui dois componentes – histórico e literário. A literatura mineira e brasileira produziu diversas obras tendo como tema ou pano de fundo a Inconfidência Mineira. Desde os poetas árcades (sendo alguns destes próprios inconfidentes) até a obra de Cecília Meireles, *Romanceiro da Inconfidência*, houve diversas obras que narravam o contexto onde ocorreu o movimento.

Quanto ao componente histórico, Dias (1989) aponta que com o início do período republicano, busca-se enaltecer o movimento no sentido de resgatar uma história de civismo, que possa servir de exemplo para fortalecer entre as pessoas este último. Havia uma tentativa em se resgatar a memória de Tiradentes pelos clubes republicanos mineiro, fluminense e paulista desde 1870. Portanto, o resgate dos acontecimentos ocorridos na Inconfidência, bem como do projeto republicano dos inconfidentes, foi importante para legitimar o discurso republicanista.

Ao final do século XIX, há interesse por parte da elite política e intelectual de Minas Gerais em se resgatar a narrativa da Inconfidência. Neste período, diversos estudos são publicados tendo a conspiração como tema. Mais especificamente, o período em questão, segundo o autor, vai do ano de 1888, ano do manifesto do Partido Republicano até o ano de 1908, onde João Pinheiro morre.

Este período é marcado pela efervescência política no estado. A capital é transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte, o debate do federalismo ganha força, especialmente com as modificações das políticas tributária e cafeeira. A política mineira recorre ao mito de Tiradentes e da Inconfidência para se legitimar no cenário nacional, vale dizer, no sistema federativo nacional.

Dias (1989) mostra que uma diferença importante entre a consciência regional na época da Inconfidência e esta consciência na virada do século XIX para o século XX

refere-se ao modo de pensar as instituições políticas. No período do movimento, havia de se construir uma república e uma nacionalidade para Minas Gerais, ao passo que no período republicano não mais havia estas necessidades, mas sim o objetivo de buscar um melhor posicionamento para Minas no pacto federativo. Portanto, segundo Dias, o apelo a Tiradentes e à Inconfidência representou um chamado à consciência regional, no sentido de que os mineiros deveriam ter a mesma disposição para colocar Minas Gerais em uma posição favorável no contexto federativo brasileiro.

De acordo com Arruda (1990), a história de Minas Gerais contribui para o delineamento de certos traços que serão objeto de uma construção mítica. A autora aponta fatos como a atividade mineradora cuja riqueza pôde propiciar a emergência de elite intelectualizada e engajada politicamente. Esta elite, como visto, foi a responsável pela Inconfidência Mineira. Segundo a autora, esse movimento de cunho separatista forjou “a ideia de que os mineiros reagem a todas as formas de despotismo, em nome da liberdade” (ARRUDA, 1990, p. 107) uma vez que o movimento foi associado ao caráter politizado e rebelde dos mineiros.

## 1.2 Revolução Farroupilha

A Revolução Farroupilha foi a mais importante das rebeliões ocorridas durante o período regencial. O movimento inicialmente exigia maior autonomia política à região e o tratamento equânime entre os tributos cobrados sobre o charque rio-grandense e o charque dos países platinos. Os produtores de charque, principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, alegavam que não tinham condições de competir com os preços praticados pelos produtores dos países vizinhos.

O conflito se inicia com a conquista da capital da província, Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835. O movimento se expandiu e em 1836, foi instaurada a República Rio-Grandense. Com a instauração da república, o levante ganha uma conotação diversa das reivindicações originais. Os ideais de separatismo pouco a pouco foram sendo difundidos entre os participantes do movimento, fazendo com que um movimento de cunho tributário se transformasse em um movimento separatista, que não mais clamava por autonomia para a região, mas sim pela instauração de uma república. Diversos líderes do movimento possuíam aspirações separatistas e republicanas.

Diferentemente da Revolução Farroupilha, as outras rebeliões regenciais foram sufocadas com relativa facilidade pelo exército brasileiro. O conflito entre o Rio Grande do Sul e o governo brasileiro se estendeu por dez anos, tendo, em seu ápice, a proclamação de uma república abrangendo a região do Rio Grande do Sul e boa parte do território de Santa Catarina.

De todas as rebeliões regenciais, a única que exibia um caráter claramente republicano e separatista foi a Guerra dos Farrapos. O ideário republicano era forte entre os revoltosos, de modo que existe o questionamento sobre até que ponto o aspecto dos países platinos serem repúblicas influenciou as elites políticas rio-grandenses no sentido de aspirações republicanas para a região.

Como causas para a maior dificuldade enfrentada pelo Império em debelar a rebelião se destacam a inexperiência do Império em lidar com este tipo de conflito, a proximidade com os países platinos que viviam revoluções no período e o convívio dos rio-grandenses com conflitos armados na região. Convém ressaltar que o Império havia perdido a guerra da Cisplatina sete anos antes do início do conflito rio-grandense, portanto, não foi a primeira vez que o Império encontrou dificuldades com conflitos na região sul do Brasil.

As evidências desta dificuldade enfrentada pelo Império em derrotar o movimento se revelam na própria duração do conflito, da capacidade de resistência local frente às imposições do Império e da estratégia peculiar do governo central em negociar o término do conflito.

Um ponto de discussão sobre o movimento é se ele adquiriu realmente um caráter popular ou se foi apenas uma forma dos estancieiros gaúchos se legitimarem no poder sobre a região.

Love (1981) afirma que a Revolução, do ponto de vista nacional, representou uma das mais sérias rebeliões ocorridas no período regencial. Por outro lado, a perspectiva rio-grandense apontava para que a Revolução Farroupilha tivesse sido mais do que um simples movimento regionalista, mas sim como um autêntico levante popular.

Entretanto, o argumento de que o movimento teve caráter popular não é pacífico. No entanto, se este argumento não é consensual, o que então apontaria para o ideário de que a Revolução Farroupilha foi um movimento legítimo de afirmação do Rio Grande do Sul sobre o Brasil?

Freitas (1985) aponta que o movimento farroupilha pode ser definido como uma rebelião destinada a assegurar as condições da dominação e do desenvolvimento da classe estancieira gaúcha que, por sua vez, estava sendo ameaçada pelo centralismo do Império. O autor afirma que o projeto dos republicanos do movimento mantinha o regime escravocrata e mantinha o sistema censitário de voto. Desta forma, alega o autor, o “povo” serviu como massa de manobra. O autor argumenta que a rebelião não obteve o apoio da burguesia comercial e da classe média urbana, dos pequenos proprietários rurais, etc. A grande maioria dos soldados farroupilhas era composta por peões de fazenda, que eram fiéis aos estancieiros; escravos negros, que lutaram motivados pela promessa de alforria e uruguaios oportunistas, que lutaram por conta pelas possibilidades de saques.

Este argumento é corroborado por Pesavento (1985) onde ela aponta que o movimento ficou restrito às classes dominantes, quais sejam pecuaristas, latifundiárias e escravocratas, que traziam consigo os seus empregados e dependentes para lutarem em um conflito que não apoiava as causas destes últimos.

A historiografia mostra que a idéia de que o movimento foi autêntico e popular começa com os escritos de Assis Brasil, o primeiro rio-grandense a escrever sobre a revolução. O autor mostra que o movimento sofreu influências dos seus vizinhos

platinos e que a opressão político-econômica do Império é que teria desencadeado o conflito. Antes da obra de Assis Brasil, o que se tinha era escritos destacando o caráter militarizado e golpista do movimento e a utilização da população como massa de manobra.

Com a obra de Alfredo Varela, a Revolução ganha uma perspectiva heróica, onde o movimento teria um componente popular autêntico, onde a população teria pegado em armas para lutar contra as ingerências do Império. Varela destaca que a Revolução além de popular teria objetivos separatistas, uma vez que a região, no seu entender, já teria traços separatistas antes mesmo do conflito. Scheidt (2002) sustenta que a partir da obra de Alfredo Varela, a Revolução ganha status de acontecimento mais importante da história política do Rio Grande do Sul.

### **1.3 Revolução Constitucionalista de 1932**

A Revolução Constitucionalista teve seu início em nove de julho de 1932, com o objetivo da destituição do governo provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição. O conflito durou pouco mais de três meses, terminando em outubro do mesmo ano com a rendição das tropas de São Paulo.

A Revolução de 30 é uma consequência da perda da influência de São Paulo na política nacional. Com os desdobramentos da grande depressão, as cotações internacionais do café caíram abruptamente. Como a economia paulista dependia diretamente das exportações cafeeiras, as elites político-econômicas paulistas passaram a perder prestígio junto às demais. Sem dúvida, a crise na atividade cafeeira abriu espaço para outras elites políticas, notadamente a elite gaúcha.

Soma-se a isso o rompimento do pacto do café-com-leite, onde São Paulo deveria apoiar Minas Gerais para as eleições presidenciais que sucederiam o presidente Washington Luís. No entanto, o candidato paulista Júlio Prestes era apoiado por 17 dos 20 governadores de estado, o que levou a Washington Luís a apontá-lo como seu sucessor. Esta decisão por parte do presidente desagradou as elites políticas de Minas Gerais, que romperam o pacto com as elites de São Paulo.

O rompimento desta aliança, até então bastante fortuita, representou uma oportunidade única para que as elites políticas rio-grandenses pudessem alcançar a mesma estatura política das elites de Minas Gerais e São Paulo. Portanto, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder representava um espaço político que o Rio Grande do Sul jamais havia ocupado: o governo federal. A Revolução de 30 marca definitivamente a consolidação das elites políticas gaúchas na política nacional.

Neste sentido, a Revolução de 32 apresenta-se como uma resposta a esta perda de poder político, onde a população de São Paulo foi convocada a pegar em armas contra a intervenção política do regime getulista.

O governo provisório estabeleceu que os governos estaduais fossem comandados por interventores indicados pelo governo central. A nomeação de um interventor militar e não-paulista desagradou as oligarquias paulistas que exigiam que o interventor fosse civil e do próprio estado. Além disso, esta nomeação era uma evidência clara para os paulistas de que o regime getulista teria caráter centralizador.

Pode-se dizer que a Revolução Constitucionalista não foi ocasionada apenas pelo descontentamento das classes médias urbanas com a crise econômica e com o

governo autoritário de Vargas, mas sim pela perda de prestígio da oligarquia cafeeira paulista que se viu deslocada dos centros do poder em consequência do novo rearranjo político proporcionado pela Revolução de 30. Esta oligarquia alegava que o governo provisório era inconstitucional, o que levou à exigência da convocação de uma nova Assembleia Constituinte e o retorno das eleições. A nomeação de um interventor militar e oriundo de fora do estado agravou a desconfiança sobre a promessa de realização das eleições.

Aproveitando-se do clima de insatisfação geral da população, as oligarquias paulistas perceberam a intensidade dos protestos e atribuíram os problemas da crise econômica para o governo autoritário de Vargas e à sua recusa em realizar eleições para uma Assembleia Constituinte. Foram realizadas campanhas de convocação para o alistamento militar e de doação de dinheiro e joias no estado.

Marins (1998) observa que a manipulação do personagem do bandeirante foi recorrente durante o conflito. Segundo o autor, “a força, a coragem e o idealismo atribuídos aos antigos sertanistas eram a todo momento resgatados pela propaganda revolucionária” (MARINS, 1998, p. 22). O autor aponta que esta construção mítica tinha dois objetivos – o de criar uma identidade interna e o de distinguir o paulista dos outros povos brasileiros.

A guerra tem duração de três meses, onde as tropas do governo federal rapidamente desmantelam o efetivo de São Paulo que não puderam contar com o auxílio de outros estados para reagir às tropas federais. Além disso, as tropas paulistas aparentemente não se prepararam para o conflito, pois acreditavam que o conflito seria de rápida duração. Esta confiança se baseava em alguns aspectos como a ampla superioridade numérica em relação ao efetivo da Força Pública Paulista e o efetivo das tropas federais instaladas em São Paulo e o fato de esta Força Pública ter sido treinada por uma missão francesa contratada pelo governo do estado. Além disso, a elite política paulista acreditou ter convencido elites de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul a lutar ao seu lado. Entretanto, estas elites resolveram não atuar no conflito, o que deixou os rebeldes paulistas praticamente isolados no conflito. São Paulo teve suas fronteiras cercadas, o que restringiu as importações de armamentos. Alguns armamentos e tanques de guerra foram confeccionados pelas metalúrgicas paulistas.

O conflito se encerra em outubro de 1932, onde os paulistas, mesmo derrotados, conseguiram ganhos políticos. Em primeiro lugar, o governo federal se comprometeu a contrair metade da dívida provocada pelos insurgentes paulistas. Ademais, o governo de

Vargas se comprometeu em avançar com a promulgação de uma nova constituição para o país e São Paulo passou a ter um interventor paulista e civil, conforme a elite desejava.

No entanto, com a insurreição, a elite política paulista perdeu crédito perante todo o país, visto que o movimento de 1932 era a prova inequívoca de que São Paulo, o estado mais poderoso do Brasil, seguiria colocando seus interesses em primeiro lugar, sempre à frente dos interesses do país. Skidmore (1998) argumenta que a “deslealdade” de São Paulo enfraqueceu ainda mais a sua capacidade de exercer influência na política nacional. Foram necessárias três décadas para que houvesse um novo presidente de origem paulista, Jânio Quadros, e ainda assim tendo este sido eleito em meio a um quadro de grave instabilidade política, culminando na sua renúncia.

Até o regime de Getúlio Vargas, São Paulo ainda não havia experimentado intervenções políticas por parte do governo federal. Em outras rebeliões direcionadas contra o poder central, as intervenções correspondiam a importantes motivações da eclosão dos conflitos.

## **2. Formação das Identidades Regionais ou Regionalismos**

### **2.1 Regionalismo Mineiro**

A influência política de Minas Gerais no cenário político nacional é indiscutível. Os políticos de Minas Gerais tiveram atuação destacada em diversos episódios da história política brasileira.

Por ter ocupado o lugar de província (e, posteriormente, o de estado) com o maior contingente populacional do Brasil, Minas Gerais dispunha do maior número de cadeiras no parlamento brasileiro. O povoamento verificado no período da mineração conferiu a Minas Gerais esta liderança até os anos 20 do século XX, onde São Paulo passa a ser o estado mais populoso do Brasil.

A história política mineira tem seu início com a descoberta das jazidas de ouro no final do século XVII. Com esta descoberta, a região se viu povoada por grandes contingentes de imigrantes europeus. A atividade mineradora trouxe consigo um aparato burocrático nunca antes visto na colônia brasileira.

A capitania de Minas Gerais foi criada em 1709, em razão da descoberta de minas de ouro na região. Com a descoberta, verifica-se uma intensa migração de portugueses à região das minas, com conseqüente urbanização da região.

A coroa portuguesa criou uma estrutura burocrática para administrar a riqueza que saía das Minas Gerais. Entre as estruturas podemos citar as câmaras municipais, responsáveis por concentrar a arrecadação de tributos sobre a exploração do ouro. As câmaras deveriam repassar 30 arrobas de ouro à Coroa, entretanto, as cotas destinadas à Coroa foram aumentando. Para aumentar a arrecadação, a Coroa instituiu as Casas de Fundação e o sistema do quinto, onde uma quinta parte de todo o ouro recolhido deveria ser repassada à Coroa. As câmaras municipais reagiram a este processo, requisitando de volta a autonomia para cobrar os tributos sobre a atividade aurífera. A Coroa aceita a requisição, no entanto, deveria ser instituída a “derrama”, onde os déficits na arrecadação estipulada pela Coroa deveriam ser ressarcidos quando a Coroa assim julgasse necessário.

Wirth (1982) alega que no período de exploração da atividade mineradora, a região das Minas Gerais foi propositalmente isolada pela coroa portuguesa do restante da colônia, para evitar sonegação fiscal e embarque de ouro por outros portos que não o do Rio de Janeiro, cidade que posteriormente viria a abrigar a capital da colônia. Ainda

assim, nas poucas estradas que davam acesso à região das minas, existiam registros que interrompiam a estrada, onde se localizavam as repartições onde as cargas saídas da região eram rigorosamente avaliadas.

Sobrinho (1973) aponta a criação das Câmaras Municipais como uma esfera deliberativa onde a população que vivia nas cidades mineiras poderia se manifestar de forma contrária às ações tomadas pela Coroa. Desta maneira, um diálogo era estabelecido com as autoridades da Coroa. A reação ao crescente poder deliberativo das câmaras vinha através da manutenção de uma poderosa força militar que estivesse à disposição do governador da capitania de Minas Gerais.

O fato da região de Minas Gerais ter sido o principal pólo econômico da colônia com base na mineração deu ao país uma nova experiência sócio-econômica. Sobrinho (1973) sustenta que como a atividade mineradora não estava restrita, a exemplo da atividade açucareira, aos senhores de engenho, a renda da mineração estava mais bem distribuída entre a população. Em comparação com a atividade açucareira, o autor afirma ainda que a população livre na região mineradora superava numericamente a população escrava.

O aparecimento do mercado interno mineiro provocou repercussões na sociedade brasileira. Como os artigos manufaturados consumidos na região eram importados, havia um importante fluxo de mercadorias para a região. Este fluxo possibilitou a entrada ilegal de obras importantes que circulavam na Europa. Desta maneira, afirma o autor, o nível cultural da população da região era mais elevado do que o nível de outras regiões do país, fazendo com que Minas Gerais tivesse condições de irradiar novos conceitos ao restante do Brasil. A própria configuração da sociedade mineira destoava do modelo de sociedade existente em outras regiões do país. Na região mineradora, o trabalho livre era comum, havia a consolidação de classes médias nas cidades mineradoras e ainda havia um aparelhamento estatal nunca antes visto na colônia com a presença de militares e policiais na região.

Importante notar, nesse sentido, que a primeira região do Brasil a receber a estrutura estatal da Coroa portuguesa foi Minas Gerais. Até então em termos de Estado, o máximo que se tinha era uma capital da colônia, localizada em Salvador, mas que não dispunha de uma estrutura burocrática similar à existente na região mineradora. Além de dispor deste aparato legal-burocrático, a região mineradora assistiu a uma intensa urbanização ocasionada pelo intenso fluxo de imigrantes oriundos da metrópole e também de migrantes de outras regiões da colônia. A simbiose entre o aparelho legal-

burocrático e o contexto de urbanização, sem dúvida, consistiu em um fator preponderante para o surgimento de práticas políticas diferenciadas. Em um cenário urbano, as ideias de cunho liberal advindas da Europa poderiam circular mais rapidamente do que em um contexto rural, onde as sedes das grandes fazendas ficavam distantes umas das outras. Além do mais, com a presença mais forte do Estado português, novas estratégias políticas teriam de ser elaboradas pelos atores que ali viviam. A região vivenciou um nível de fiscalização tributária nunca antes experimentado na colônia. Desta maneira, as elites da sociedade mineradora tiveram de utilizar da sua influência, bem como de uma ampla rede de contatos para assegurar seu domínio sobre a região.

Após o período do ouro, Minas Gerais experimenta uma fase de prostração econômica, pautado pela concentração fundiária e pela ascensão de uma sociedade agrária e oligárquica. A transição da sociedade mineradora para a sociedade agrária desenvolve uma nova concepção de valores na sociedade mineira. Estes valores serão discutidos mais adiante neste capítulo.

O principal pólo econômico do estado passa a se situar na região sul e na região do triângulo mineiro, mais próximas do estado de São Paulo, que àquela época despontava como importante pólo econômico do Brasil. Estas regiões destacam-se pelo cultivo do café, a exemplo de seu vizinho, São Paulo.

Wirth (1982) afirma que o regionalismo mineiro se reporta às raízes do século XVIII, onde Minas Gerais foi o principal pólo econômico da colônia. Deste modo, a força política do estado tem sua origem nesta época. No entanto, o autor afirma que no final do século XIX, São Paulo ultrapassou Minas Gerais em termos econômicos, fazendo com que São Paulo desfrutasse de maior espaço político em relação a Minas Gerais. A atividade cafeeira fez com que se desenvolvesse uma elite importante em São Paulo, que alçou prestígio político em decorrência de seu poder econômico.

Wirth (1982) afirma que o clima tropical de Minas Gerais associada à um terreno variado (ora montanhoso, ora planície) e dificuldades na comunicação tanto entre as diferentes regiões do estado como com o restante do país, fez com que em Minas Gerais se desenvolvesse uma sociedade agropastoril. Com o declínio da mineração, a região das Minas Gerais se viu, a exemplo do que aconteceu com a região Nordeste em relação à atividade açucareira, em franco declínio econômico.

Desta maneira, a sociedade mineira também se modificou em relação à sociedade existente no período áureo da mineração. Esta sociedade foi moldada na

passagem de uma sociedade urbanizada resultante da atividade mineradora do século XVIII para uma sociedade elitista, familiar e agrária que se consolidou em meados do século XIX. A riqueza advinda da atividade agropecuária e o comércio eram as bases do poder familiar em Minas Gerais em meados do século XIX. O minerador, afirma Rebelo Horta (1986), foi previdente. Enquanto explorava as minas de ouro, tratou também de adquirir sesmarias.

Wirth (1982) afirma que o orgulho de suas origens deu à elite mineira um forte sentido de pertencimento. A sociedade mineira passou a ser mais verticalizada e mais rural do que fora com o ciclo do ouro. A única região do estado que apresentava ascensão econômica foi o sul, o qual esteve integrado à atividade econômica mais importante do país, o cultivo do café. Inclusive, afirma o autor norte-americano, com o declínio da atividade mineradora e com a ascensão do cultivo do café, uma quantidade expressiva de mineiros migrou para novas fronteiras cafeeiras localizadas no Vale do Paraíba, no oeste paulista e, em menor medida, no Paraná.

Wirth (1982) coloca que o empobrecimento de muitas cidades isoladas de Minas Gerais era enxergado pela população como algo do cotidiano, como um fato inerente à vida daquelas sociedades. De acordo com o autor, o abismo entre os ricos e os pobres não serviu como um desafio, mas sim para legitimar a ordem social. Apesar destas desigualdades, a vida nestas cidades era apresentada como sendo de fácil interação entre as pessoas e não de conflito entre estas.

As famílias ricas de Minas Gerais, ligadas ao setor agropecuário se basearam em diversas estratégias para a manutenção do seu poder. Uma destas estratégias se refere aos clãs. Wirth (1982) afirma que estes clãs se estendiam além de seus municípios para formar grupos de poder por zona, restritos a laços de parentesco. O autor sustenta que a elite mineira se tornou uma sociedade familiar voltada para o passado, onde este passado poderia comprovar as qualidades destas elites, o que conferia a estas a legitimidade para exercer o poder. Esta elite se utilizou de simbologias para se diferenciar do restante da população. Entre estas simbologias estão os títulos tais como os títulos acadêmicos e os títulos militares, especialmente os títulos que foram atribuídos aos fazendeiros na criação da Guarda Nacional. Era comum diversos membros pertencentes à elite agrária mineira serem enviados a Rio de Janeiro e São Paulo para estudar em suas universidades. Apesar de ser tradicional, a elite mineira não era fechada. O casamento era um dos canais de acesso a esta elite. Desta maneira, a elite mineira, pelo seu caráter econômico, aceitava o ingresso de novos ricos.

Outra estratégia destas elites era fazer com que seus membros se dedicassem a múltiplas carreiras. Desta maneira, o seu potencial de influência política poderia se ampliar por meio das redes de contatos. Portanto, era comum os integrantes da elite serem fazendeiros e, ao mesmo tempo, deputados estaduais ou deputados federais. Outra estratégia diz respeito ao parentesco. Ao enfatizar as suas origens genealógicas, as famílias de elite mineira poderiam estabelecer uma rede de contatos familiares extensa, ultrapassando, inclusive, os limites da fronteira de Minas Gerais, chegando, até mesmo à capital do Brasil.

O relevo montanhoso de Minas Gerais fez com que existissem dificuldades na comunicação entre os municípios do estado. Deste modo, os municípios eram isolados, o que facilitava o domínio de oligarcas locais sobre os municípios.

Este estado de prostração econômica com conseqüente desenvolvimento de uma sociedade oligárquica e agropecuária, orientada pelos seus interesses locais fez com que as diferentes regiões de Minas Gerais passassem a enxergar soluções específicas para os seus respectivos problemas e não soluções que pudessem integrar todas as regiões do estado. Wirth (1982) sustenta que Minas Gerais vivia uma espécie de “mini-federalismo”, onde as questões que se colocavam no federalismo em nível nacional encontravam ressonância em um sistema análogo que operava entre as diferentes regiões do estado.

A unidade política do estado era o ideal da elite mineira, para a qual a fragmentação acabaria por enfraquecer o estado. Na década de 1890, a elite mineira se aproveitou da descentralização do Estado brasileiro para tornar Minas Gerais um estado mais viável. Para apaziguar os ânimos separatistas, uma identidade regional mineira deveria ser moldada. Neste sentido, o mito de Tiradentes e da Inconfidência Mineira foram resgatados. Uma das propostas dos inconfidentes era sediar a capital em São João Del Rey. Desta forma, a capital de Minas Gerais deveria ser transferida de Ouro Preto para outra cidade mais moderna. Após diversas disputas, ficou resolvido que uma nova cidade seria construída no centro do estado. Em 1893, inicia-se a construção de Belo Horizonte, sendo esta inaugurada em 1897. Segundo Wirth, com a inauguração da nova capital, os mineiros abandonam a idéia de separatismo como uma solução para os seus diferentes problemas. Ainda assim, um século depois, em 1988, um movimento de cunho separatista se inicia no Triângulo Mineiro. Um grupo de empresários que se opunha ao movimento realizou um trabalho de convencimento junto à bancada constituinte no Congresso Nacional.

O autor aponta que outro dilema que se apresentava a Minas Gerais também remetia ao ideário inconfidente: Minas Gerais deveria conter a perda de recursos com os quais poderia ser edificado um sistema econômico mais viável para o estado. Minas Gerais alegava que o fato de não possuir controle sobre algum porto para escoar sua e mineiros, mas sim ficasse com os estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Nestes estados estas políticas em favor de Minas Gerais eram vistas como um “regionalismo estreito”<sup>3</sup>, sintoma de um conservadorismo que seria inato aos mineiros.

Este conservadorismo, segundo Wirth, se associa com o localismo, fazendo com que o mineiro seja resistente às mudanças sociais e tecnológicas, exigindo de seus governantes o respeito às tradições. Estas tradições, por sua vez, se remetem ao período barroco, da mineração, onde havia a forte presença da igreja católica nas cidades mineradoras.

Esta tradição localista reflete a falta de integração que existia entre as cidades mineradoras. A Inconfidência Mineira propagou o ideário de integração entre estas cidades. Um século mais tarde, estes ideais foram resgatados com o objetivo de integrar as diferentes regiões do estado. Este sentimento de integração mineiro, segundo Wirth, passou a conviver com o localismo presente nas cidades de Minas Gerais, onde o sentimento de integração atuava no plano das questões externas a Minas Gerais, enquanto que o localismo atuava no plano das questões internas a Minas Gerais.

No plano federal, os políticos mineiros integravam os governos fossem eles exercidos por um paulista ou por um mineiro. Love (1982) afirma que os políticos mineiros foram os que ocuparam postos ministeriais por um maior período, seguido pelos políticos rio-grandenses. A influência da política mineira também se fez sentir na Câmara dos Deputados, onde ao longo da primeira república os políticos mineiros ocuparam um número maior de posições de poder. Wirth (1982) observa que a principal força de Minas Gerais não era seu poder econômico, fiscal ou militar, mas sim a coesão entre as elites políticas do estado que fazia com que Minas Gerais dispusesse de uma posição privilegiada para pedir favores econômicos ao governo federal oferecendo em contrapartida apoio político.

O pacto do café-com-leite, segundo Wirth (1982) foi fortuito porque uniu o estado com maior poder econômico, São Paulo e o estado com maior força política, Minas Gerais. Desta maneira, este casamento entre os dois estados associada com a

---

<sup>3</sup> J. D. Wirth: Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1930.

Política dos Governadores foi fundamental para garantir a hegemonia política durante toda a República Velha.

Mata-Machado (1985) afirma que a influência de Minas Gerais na federação foi por vezes atribuída à posição central que o Estado ocupa no cenário brasileiro. Esta centralidade não só foi definida no aspecto geográfico, mas também em relação aos aspectos étnicos, culturais e psicológicos, de onde se conclui de que a função política de Minas Gerais seria a de equilíbrio e moderação. O autor faz esta afirmação com base na realização de uma análise historiográfica onde cada autor faz uma observação sobre a centralidade em cada um dos aspectos supracitados. Em resumo, Minas Gerais teria esta posição central em razão do mineiro possuir um “caráter nacional”. Em outras palavras, a centralidade de Minas Gerais diz respeito ao estado supostamente trazer consigo o resumo das principais características naturais e culturais de todo o país.

O autor argumenta que em decorrência da centralidade mineira proposta pelos autores que identificaram seus tipos surge a ideia da centralidade política do Estado em Minas Gerais. Segundo Mata-Machado (1987), Afonso Arinos de Mello Franco afirmou que a ideia de Estado brasileiro surgiu primeiramente no estado com a Inconfidência Mineira. Wirth (1977) argumenta que no período da mineração a elite mineira desenvolveu uma cultura cívica que teria sido transmitida pelas pequenas cidades mineiras com o declínio da atividade mineradora e o advento de uma sociedade agropastoril.

A hipótese de Mata-Machado (1987) é a de que nos episódios onde as elites políticas e econômicas e nacionais precisavam se unir para sustentar a dominação, os políticos de Minas Gerais se tornam os mais indicados para promover o entendimento e a conciliação entre as demais elites. Desta forma, alega o autor, a ideologia centrista possibilita as negociações e a realização de mudanças, sem rupturas radicais.

Arruda (1990) afirma que o discurso político mineiro sempre esteve associado ao mito da “mineiridade”. Segundo a autora poderia haver associação entre o “memorialismo mineiro” e a utilização política da “mineiridade”. Neste sentido, o discurso dos políticos mineiros também possui caráter memorialista. Este discurso tem como aspectos importantes a centralidade de Minas Gerais e o caráter de equilíbrio e de conciliação do povo mineiro.

Mata-Machado (1987) e Arruda (1990) convergem para o entendimento de que houve uma construção histórica do caráter de centralidade de Minas Gerais e de que os políticos mineiros possuem larga tradição em conciliar interesses difusos. Desta

maneira, segundo os autores, a tradição mineira na conciliação está associada à ideia de centralidade do estado.

Em linhas gerais, o que se tem em relação ao regionalismo mineiro aponta para a predominância dos interesses locais, no plano interno e para o sentimento de integração mineira no plano externo. A intelectualidade mineira passou a destacar o ideário da inconfidência tanto para integrar as diferentes regiões do estado, quanto para alcançar um melhor posicionamento para Minas Gerais na esfera federativa. Ao lado disso está o mito da “mineiridade” como comportamento político de conciliação entre as diversas elites políticas brasileiras.

## 2.2 Regionalismo Gaúcho

Diversos políticos influentes no Brasil são originários do Rio Grande do Sul. Tanto a Revolução de 1930, quanto o Golpe Militar de 1964 foram marcados pela presença maciça do Rio Grande do Sul na política brasileira.

Importante notar que ambos os episódios supracitados foram ocasionados por atividades militares. O Rio Grande do Sul possui esta vocação militar desde o seu início. A geografia do Estado contribuiu para que o Estado desenvolvesse esta vocação. No norte do Estado existe uma cadeia montanhosa que consiste em uma barreira natural que acabou por isolar por muito tempo a região do restante da colônia. Associada a este isolamento geográfico, está a rivalidade com os outros países platinos vizinhos à região. O domínio da região era estratégico para a coroa portuguesa para o acesso à bacia do rio da Prata. Com efeito, no início do século XVII, Portugal estabeleceu colônias na região no intuito de impedir o avanço das colônias espanholas. Neste sentido, Oliven (1993) argumenta que o Rio Grande do Sul, por ser o estado mais meridional do Brasil, cultivava uma relação diferenciada com o restante do Brasil, uma vez que o estado constitui-se em um território de fronteira, sendo que a sua relação com o país caracteriza-se pelo dilema entre autonomia e integração.

A região só começaria a se integrar ao restante da colônia com a descoberta de ouro em Minas Gerais. A atividade pecuária no sul do Brasil foi importante para alimentar a crescente população que se instalava na região mineradora.

O Rio Grande do Sul foi um estado dominado por latifundiários nos séculos XVIII e XIX. Grandes propriedades de terra foram instaladas no sudoeste gaúcho voltadas para a criação de gado. Love (1982) aponta que esta configuração social fez com que os gaúchos tivessem a imagem a eles atribuída em qualquer lugar do Brasil, relacionada à imagem do estancieiro rude com seu cavalo, que se alimentava basicamente de carne e tinha por hábito beber chimarrão.

Oliven (1993) corrobora esta afirmação, ao apontar que a tradição e a historiografia regional tendem a representar o rio-grandense como um de seus tipos: o gaúcho, sendo este, visto como o personagem marcado pela vida nos campos, pela presença de seu cavalo, pela fronteira cisplatina, entre outras características. Parte da historiografia rio-grandense sempre teve a preocupação de separar o gaúcho rio-grandense do gaúcho platino. Neste sentido, a imagem do primeiro foi moldada como sendo ordeiro, pacífico e aguerrido. A imagem do segundo, que sempre foi peculiar às

sociedades platinas, é a do gaúcho valentão, arredio, frequentemente em conflito com a lei. Além disso, houve a preocupação por parte da mesma parcela da historiografia em relatar que o movimento farrapo não teve caráter separatista, ainda que uma república independente tenha sido proclamada.

Para o autor, a proposta desta historiografia ao separar os dois tipos de gaúcho, bem como ao insistir no viés não-separatista da Revolução Farroupilha são tentativas de afirmar a “brasilidade” do Rio Grande do Sul em um contexto de debate intelectual sobre a formação da identidade, bem como do nacionalismo brasileiro. Desta maneira, a intelectualidade do Rio Grande do Sul, a exemplo de Minas Gerais, tentou alcançar um melhor posicionamento na identidade nacional ao exaltar as qualidades positivas do gaúcho.

Mesmo com este esforço intelectual, à época da Revolução de 30, Love afirma que no restante do Brasil havia, em relação aos gaúchos, mitos que os rotulavam como bárbaros ou vaqueiros errantes, como sendo politicamente mais próximos dos caudilhos argentinos e uruguaios do que das elites políticas nacionais.

No entanto, a região sempre foi ameaçada pelos vizinhos castelhanos (argentinos e uruguaios), deste modo, os rio-grandenses se acostumaram com a realidade da guerra de fronteira. A região se envolveu em diversos conflitos no período imperial, quais sejam: Guerra da Cisplatina (1817-1828), Guerra dos Farrapos (1835-1845), as Guerras Platinas (149-1852) e o maior conflito da história sul-americana, a Guerra do Paraguai (1864-1870). Indubitavelmente, estes conflitos acabaram por moldar uma sociedade com vocação militar.

Neste sentido, a região sul do Brasil se destacava em nível nacional não por sua pujança econômica ou pela produção de um produto específico, tal como o café em São Paulo, mas sim pela vocação bélica de sua população. É evidente que com os constantes conflitos a população rio-grandense tinha maior contato com os costumes e a língua castelhanos do que a população do restante do país. Este aspecto criava no imaginário da população brasileira a imagem de que os gaúchos sempre estiveram mais ao lado dos castelhanos do que ao lado dos brasileiros, ideia que, não poderia corresponder à realidade, visto que a região estava sob constante ameaça de seus vizinhos platinos.

Outro aspecto que pode ter contribuído com a formação desta imagem sobre os gaúchos está na Revolução Farroupilha. Este movimento representou o maior dos conflitos vividos no período regencial. Estes conflitos regenciais tinham uma reivindicação comum – uma maior autonomia às províncias. Era comum o governo

central indicar um governante para as províncias oriundo do Rio de Janeiro. Este aspecto gerava um mal estar no relacionamento entre o governo central e as províncias, no sentido de que os presidentes de província indicados pelo governo central estavam, muitas vezes, mais inclinados às demandas do governo do que às demandas da população das diversas províncias.

O movimento exigia maior autonomia à região e o tratamento equânime entre os tributos cobrados sobre o charque rio-grandense e o charque dos países platinos. Os produtores de charque, principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, alegavam que não tinham condições de competir com os preços praticados pelos produtores dos países vizinhos.

Diferentemente da Revolução Farroupilha, as outras rebeliões regenciais foram sufocadas com relativa facilidade pelo exército brasileiro. O conflito entre o Rio Grande do Sul e o governo brasileiro se estendeu por dez anos, com a proclamação de uma República abrangendo o Rio Grande do Sul e boa parte do território de Santa Catarina. De todas as rebeliões regenciais, a única que exibia um caráter claramente separatista e que, por pouco, não conseguiu êxito foi o conflito rio-grandense.

Existem inúmeras dúvidas sobre a Revolução, especialmente se o movimento teve caráter popular ou não ou se objetivava ou não a separação da região do restante do Império brasileiro. O fato é que o desfecho do conflito fez com que o Império tivesse que realizar concessões generosas à região, se comparadas às concessões que o Império dispensou aos outros conflitos regenciais, dada a dificuldade que o Império enfrentou para por fim à insurreição.

De acordo com Bandeira (1993), o argumento de um sentimento separatista é plausível, uma vez que o Rio Grande do Sul possui um forte movimento de preservação dos traços culturais locais. Associado a este fenômeno, existe um passado de luta por autonomia, o que pode facilitar a difusão de ideias separatistas entre a população. No entanto, a condição para o fortalecimento destas ideias está no aprofundamento das desigualdades regionais no país.

O conflito teve fim ao se estabelecer um acordo onde os combatentes farroupilhas poderiam ser admitidos no exército brasileiro com as patentes que possuíam no exército adversário e o Império praticaria taxas de importação de 25% sobre o charque platino. Além disso, o governo reconheceu à província autonomia para indicar os seus presidentes de província.

Dacanal (1985) sustenta que ao fim do conflito a oligarquia rural rio-grandense se mostrava como o único centro de poder capaz de se rebelar contra o governo central, sem ser por este completamente destruído. Neste sentido, afirma o autor, nenhum outro grupo oligárquico no Brasil conseguiu manter por tanto tempo a sua hegemonia sobre uma determinada região.

Após o conflito, afirma Freitas (1985), a região vive uma hegemonia política que será interrompida pelo castilhismo no final do século XIX. Esta hegemonia política, segundo o autor, é resultado da concessão do governo central em relação à indicação dos presidentes de província.

Com a proclamação da república, ao final do século XIX, o Rio Grande do Sul passará a viver outro conflito, desta vez de caráter interno, com a ascensão de Júlio de Castilhos ao poder.

Em 1891, poucos anos depois da proclamação da República, Júlio de Castilhos é eleito presidente do estado do Rio Grande do Sul. Membro do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), Castilhos era responsável pela difusão das idéias republicanas no estado. Cortés (1974) observa que Júlio de Castilhos desenvolveu um novo tipo de liderança política, onde as lideranças municipais deviam mais seu poder ao apoio dado pelo governo do estado do que em razão de suas riquezas, de suas terras ou de seu prestígio social. Com a morte de Júlio de Castilhos, a política gaúcha passa a contar com dois nomes principais – Borges de Medeiros, governador do estado até 1928, e o senador Pinheiro Machado, responsável pela aliança do Rio Grande do Sul com os estados periféricos da nação.

O PRR foi fundado em 1882 e tinha como principal bandeira o federalismo, a exemplo de outros partidos republicanos estaduais. No entanto, o PRR se distinguia dos demais partidos republicanos pela sua afinidade com o ideário positivista. Love (1982) afirma que esta identificação do PRR com a filosofia positivista acabou por distanciar o partido gaúcho dos modelos dos partidos fluminense e paulista.

Júlio de Castilhos foi um defensor ferrenho do ideário de Auguste Comte, assim como seus pares do partido republicano. Alcança o poder em julho de 1891, mas em menos de quatro meses é alijado do cargo. Pouco mais de um ano depois vence a eleição e volta ao poder ao final de janeiro de 1893.

Em fevereiro de 1893 eclode a Revolução Federalista, liderada por Gaspar da Silveira Martins, principal adversário político de Júlio de Castilhos. Silveira Martins defendia o sistema parlamentarista de governo e, portanto, apresentou posicionamento

contrário à constituição rio-grandense de 1891, que fora baseada em princípios positivistas e presidencialistas e que, ainda, permitia a reeleição indefinida do presidente do estado do Rio Grande do Sul.

O conflito inicia-se com os maragatos, ou federalistas, partidários de Silveira Martins, dominando as fronteiras gaúchas, exigindo a renúncia imediata de Júlio de Castilhos do poder. Dada a gravidade do movimento no Rio Grande do Sul, a rebelião alcançou abrangência nacional rapidamente, o que desestabilizou o governo de Floriano Peixoto. O presidente decide então apoiar o governo de Júlio de Castilhos e enviar tropas federais para a região na tentativa de sufocar o conflito.

Love (1982) aponta que os federalistas gaúchos reivindicavam, em primeiro lugar, a extinção da Constituição de 14 de julho de 1891, promulgada no primeiro governo de Júlio de Castilhos. Além disso, em uma medida mais ampla do movimento federalista, o que se desejava era a substituição do sistema presidencialista pelo parlamentarista. Os castilhistas, por sua vez, acusavam os federalistas de monarquistas e separatistas, em uma clara tentativa de retratá-los ao povo brasileiro como sendo inimigos da república.

O conflito termina com um acordo firmado entre o general castilhista e o general federalista, onde os castilhistas passaram a concordar em reescrever a constituição estadual para adequá-la à constituição federal e os federalistas passaram a alegar ao governo central que se rebelaram apenas contra o governo de Júlio de Castilhos e não contra o governo de Floriano Peixoto.

Após 31 meses de conflito, o saldo foi de doze mil mortos. Além do expressivo número de mortos, Love (1982) aponta algumas das conseqüências deixadas pelo conflito na política rio-grandense durante toda a República Velha.

A primeira conseqüência refere-se, logicamente, ao recrudescimento da violência política no estado. A brutalização da classe rural mais pobre foi, de acordo com o autor, a maior tragédia deixada pela guerra.

A segunda conseqüência consiste na polarização política mais extrema no estado. Deste modo, a política no Rio Grande do Sul continuou a gravitar em torno de apenas dois partidos.

A terceira conseqüência refere-se, por sua vez, à consolidação do sistema político centralizado e autoritário. Não havia, em razão de o partido republicano local ser bastante disciplinado, possibilidade de uma insurreição de coronéis que pudessem ameaçar o governo de Castilhos.

Por fim, um resultado político importante do conflito se refere às sólidas ligações construídas entre o PRR e o Exército Brasileiro, o que fortaleceu o ideário positivista entre os dois grupos.

De acordo com Cortés (1974), com o fim da Revolução Federalista, a herança militar vibrante do Rio Grande do Sul se tornou totalmente integrada com a estrutura política, com o processo político, bem como com a personalidade política do gaúcho. Neste sentido, o autor argumenta que o Rio Grande do Sul não irá ingressar na política nacional em 1930, mas sim com a construção da base militar que se deu desde o final do século XIX.

Fonseca (1993) afirma que associado ao ideário positivista, desenvolveu-se um ideário trabalhista e desenvolvimentista, ocasionado pelo fato de que o Rio Grande do Sul não tinha a sua economia atrelada à economia exportadora cafeeira, mas sim ao mercado interno, uma vez que os principais produtos da economia rio-grandense eram consumidos no mercado nacional. Portanto, o empresariado rio-grandense incipiente tinha uma visão voltada para o fortalecimento do mercado interno.

O Rio Grande do Sul começa a ingressar nas esferas de poder federais durante o período onde Pinheiro Machado presidiu o Senado Federal. A importância da política protagonizada por Pinheiro Machado reside no fato de que este atuou como o “agente dos governadores da periferia hegemônica”, conforme aponta Faoro (1957). Desta maneira, uma das principais motivações da participação do Rio Grande do Sul na Revolução de 30 corresponde ao fato de que os interesses dos outros dezessete estados periféricos da federação se viam representados pelos políticos gaúchos. Neste sentido, Cortés (1974) alega que Pinheiro Machado além de dominar o Congresso, conseguia controlar as eleições em todo o país, ao se associar com lideranças políticas dos estados menores. Nas eleições de 1910, o senador gaúcho conseguiu quebrar a aliança entre São Paulo e Minas Gerais e lançar um candidato alternativo, o Marechal gaúcho Hermes da Fonseca, ex-ministro da guerra. Em 1915, Pinheiro Machado morre e, desta maneira, a política rio-grandense se vê sem seu maior articulador no plano federal. Faoro (1957) afirma que o Rio Grande do Sul, sem alternativa, se volta para suas questões internas, enquanto aguarda o crescimento industrial paulista, o que colocaria São Paulo, a exemplo do Rio Grande do Sul com a economia mais voltada para o mercado interno, o que faria com que São Paulo passasse a depender mais da União.

Love (1982) identifica quatro fases relacionadas à participação dos gaúchos na política nacional durante a República Velha. A primeira fase representa uma fase de

dependência da política gaúcha dos presidentes militares (1889-1894). A segunda fase corresponde à autonomia gaúcha e seu respectivo isolamento durante o governo de Júlio de Castilhos após o conflito federalista (1895-1903). A terceira fase diz respeito à emergência gradual da política gaúcha sob a liderança de Pinheiro Machado no plano federal e Borges de Medeiros no plano estadual (1904-1908) e a quarta fase se refere à participação em larga escala das elites políticas rio-grandenses na política nacional (1909-1930), onde a política gaúcha, a partir daí será muito importante no contexto nacional.

A tendência belicosa e autoritária da política gaúcha levou a eclosão de dois eventos políticos marcantes para a história política do país. Conforme observa Cortés (1974), no ano de 1930, líderes do Rio Grande do Sul encabeçaram uma revolução que encerrou a República Velha com 41 anos de duração e colocou o então governador do estado como chefe de Estado. Em 1964, uma revolta militar também encerrou a terceira república de nove anos de duração e forçou o presidente (também do Rio Grande do Sul) a se exilar no Uruguai. O autor afirma que estes dois eventos representaram a abertura e o encerramento de uma era marcada pela presença da política rio-grandense na política brasileira. Segundo o autor, durante este período de turbulências, os gaúchos frequentemente tentaram estabelecer uma hegemonia política nacional.

Em linhas gerais, em relação ao regionalismo gaúcho, o que se tem, no plano interno, é a construção da imagem de um guerreiro farroupilha que não se deixa abater pelas pressões do governo central e no plano externo o que se revela é uma imagem de gaúcho ordeiro, pacífico e não-separatista. Com a proclamação da república, verifica-se uma adesão de setores da sociedade rio-grandense à corrente positivista, a qual se prestou a orientar o pensamento político da elite local. Ao lado disso, está o advento do Castilhismo, que colocou o Rio Grande do Sul sob um regime autoritário e isolacionista por décadas.

### 2.3 Regionalismo Paulista

A influência política de São Paulo no cenário político nacional se fortaleceu com o advento da economia cafeeira. Os políticos de São Paulo tiveram atuação de destaque durante a República Velha e durante os dois processos de redemocratização do Brasil, quais sejam, o pós-Estado Novo e o pós-Regime Militar de 64.

A formação regional do estado de São Paulo remete inicialmente às entradas e bandeiras ocorridas durante o século XVII, onde os bandeirantes adentravam o sertão brasileiro em busca principalmente de minerais e pedras preciosas e indígenas para posterior escravização.

O motivo pelo qual São Paulo foi o ponto de partida para as bandeiras reside no fato de que os principais rios do estado correm para o interior do país. Esta característica fez com que os bandeirantes paulistas largassem na frente em relação à corrida pelo ouro. O principal ponto de partida das expedições dos bandeirantes era a vila de São Paulo (atual cidade de São Paulo), considerada como “boca do sertão”, por estar situada às margens do rio Tietê, cuja corrente dava acesso ao Paraná.

Love (1982) afirma que poucos paulistas mais bem educados tinham dúvidas de que sua psicologia coletiva foi herdada dos bandeirantes. Esta imagem que os paulistas tinham de si mesmos, de serem herdeiros de uma tradição empreendedora e criativa dos bandeirantes era, segundo o autor, corroborada pelos estrangeiros que viam os paulistas como sendo mais aptos ao trabalho do que seus vizinhos mineiros e cariocas. Com efeito, esta auto-imagem dos paulistas seria devidamente cristalizada com a riqueza proporcionada pelo café, no final do século XIX.

Este argumento é corroborado por Moutinho (1991), onde a autora aponta que na Revolução Constitucionalista de 1932, a convocação à revolta armada se deu com a utilização do movimento das bandeiras como símbolo. A este movimento, afirma a autora, são atribuídas características míticas como o desbravamento, a conquista, bem como a unificação do território nacional. Marins (1998) assevera que a manipulação do personagem do bandeirante foi recorrente durante o conflito. De acordo com o autor, “a força, a coragem e o idealismo atribuídos aos antigos sertanistas eram a todo momento resgatados pela propaganda revolucionária” (MARINS, 1998, p. 22). O autor aponta que esta construção mítica tinha dois objetivos – o de criar uma identidade interna e o de distinguir o paulista dos outros povos brasileiros.

Souza (2007) observa que, de acordo com Abud (1985), existem outras duas motivações que levaram à esta construção mítica dos bandeirantes. A primeira delas diz respeito à própria associação deste com o paulista, sendo este representado como o símbolo da paulistanidade. A segunda delas, segundo a autora, o enfoque de que o bandeirante seria o portador da nacionalidade, uma vez que os bandeirantes foram responsáveis pela expansão territorial do país.

Os bandeirantes mais ilustres emprestam seus nomes para as principais estradas que cortam o estado de São Paulo. Neste sentido, este aspecto aponta para a existência de uma identificação entre a formação regional de São Paulo e a saga dos bandeirantes rumo ao interior do Brasil.

Com o declínio da atividade mineradora, Love (1982) aponta que após ser a principal rota rumo ao interior do Brasil, São Paulo se transforma em uma região de ocupação permanente, cuja economia baseava-se na agricultura. Em 1809, as primeiras fazendas canavieiras foram instaladas na capitania. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, a cultura canavieira deixou de ser a principal atividade econômica para dar lugar ao cultivo do café.

A terra roxa presente em São Paulo era excelente para o cultivo do café, o que conferiu ao estado posição privilegiada na produção do principal produto de exportação nacional. Com isso, a produção de café brasileira passa a se concentrar nas terras roxas do oeste paulista e não mais na região do Vale do Paraíba, onde o cultivo de café no país começara. Para transportar a produção de café, foram construídas centenas de quilômetros de linhas férreas ligando a região oeste do estado com o porto de Santos, de onde a produção era exportada.

Na década de 20, o porto de Santos exportava três vezes mais do que o porto do Rio de Janeiro, que tinha sido o porto mais importante do Brasil até então. Este dado mostra o rápido fortalecimento da economia cafeeira. Em 1907, a produção cafeeira paulista chegou a representar metade de toda a produção mundial de café. Os lucros proporcionados pelo café permitiram que as elites econômicas paulistas pudessem investir em outras atividades econômicas, notadamente a industrial. Desta forma, em 1920, São Paulo passa a liderar este setor, exportando seus produtos para os outros estados do Brasil.

A idéia da saga empreendedora dos bandeirantes evoluiu com a construção em ritmo acelerado das ferrovias no estado, que, por sua vez, refletia o acelerado crescimento econômico do estado proporcionado pelo café. Esta idéia fez com que São

Paulo se enxergasse como a “Locomotiva do Brasil”. São Paulo, neste sentido, realizaria o papel de propulsor do crescimento econômico do país, como uma locomotiva que carregasse consigo os outros vagões, que seriam os demais estados do país. Uma clara evidência deste sentimento está tanto no lema da cidade quanto do estado de São Paulo, onde estes são respectivamente – “não sou conduzido, conduzo” e “pelo Brasil, faça-se o melhor”.<sup>4</sup>

Pela sua liderança indiscutível no campo econômico, São Paulo apresentava a pretensão de ser auto-suficiente em outras esferas. Love (2000) sustenta que o programa político de São Paulo consistia em dominar apenas as políticas do governo federal que não pudessem ter suas ações desenvolvidas no plano estadual. Em outras palavras, São Paulo buscava ter influência sobre as políticas monetária, cambial, creditícia e diplomática. Por outro lado, o autor alega que o governo federal estava disposto a colaborar com São Paulo em razão da relação direta entre as exportações de café e o aumento da arrecadação federal. Love (1982) assevera que a defesa do café era uma temática constante dos paulistas junto ao governo federal. Estes alegavam que a defesa do café era um tema de interesse nacional e não regional, portanto, o café como tal mereceria ser incentivado pelo tesouro federal.

Moutinho (1991) observa que o símbolo moral de São Paulo reside na figura do bandeirante, sendo que este tem como sua contrapartida econômica outro elemento da construção da identidade regional paulista: o café. Sem dúvida, a economia cafeeira conduziu São Paulo rumo à liderança econômica do país. Cerri (1998) ratifica esta alegação onde este afirma que a história de São Paulo é evocada com vistas a servir como base para a construção de uma ideologia. Uma das primeiras associações feitas neste momento é a das características empreendedoras da elite cafeeira com as do bandeirante, com o qual, afirma o autor, se procura estabelecer uma relação mais do que histórica, uma relação genética.

A autora afirma a existência de uma “paulistanidade”, uma ideologia que afirmaria a superioridade étnica, econômica e política da população paulista frente ao restante do Brasil. Segundo a autora, esta ideologia se mostra mais latente quando em épocas de crise e reconfiguração do poder central. Desta maneira, São Paulo tenta conseguir, através desta ideologia de afirmação, um melhor posicionamento no cenário político-econômico nacional. Este argumento também é corroborado por Cerri (1998),

---

<sup>4</sup> Os lemas originais em latim da cidade e do estado de São Paulo são respectivamente – “*Non ducor dvco*” e “*Pro Brasilia fiant eximia*”.

onde este alega que a “paulistanidade” começa a se definir a partir de duas funções básicas – tanto “como auto-afirmação e/ou identificação de um grupo social em ascensão econômica e política”, quanto “como instrumento deste grupo para atingir seus objetivos de hegemonia sobre a sociedade e controle sobre as demais parcelas da classe dominante brasileira” (CERRI, 1998).

No aspecto cultural, a principal contribuição de São Paulo na primeira república foi, sem dúvida, a Semana de Arte Moderna de 1922. Os integrantes do movimento, oriundos da elite econômica paulista, propugnavam um rompimento com o pensamento artístico e literário que existia até então no Brasil. De alguma maneira, a visão paulista sobre si em relação ao restante do Brasil influenciou as ideias do movimento.

Velloso (1993) afirma que São Paulo foi o estado brasileiro que viveu um clima forte de otimismo, ocasionado pelo desenvolvimento do estado, o que o colocaria em uma posição de vanguarda no conjunto nacional. Portanto, era em São Paulo onde se experimentaram com maior intensidade “as maravilhas e as crises da modernidade” (VELLOSO, 1993, p. 92)

A autora faz referência a Richard Morse (1970) que observa que mais do que qualquer outra região brasileira, São Paulo vive diretamente os impactos da imigração européia, com a expansão do café dando surgimento ao proletariado urbano.

Em meio a este clima de intensa agitação social, política e intelectual surge o movimento modernista, que buscava tanto entender como este fenômeno ocorria no Brasil quanto identificar as peculiaridades deste movimento no país. Love (1982) afirma que “já na década de 1920, os paulistas consideravam indiscutível o predomínio cultural de seu estado no panorama nacional” (LOVE, 1982, p. 141). Portanto, afirma Love (1982), que este sentimento de predomínio cultural foi facilmente convertido em uma convicção de que também deveria caber aos paulistas a hegemonia no contexto nacional. A prova inequívoca desta convicção está na frase de Monteiro Lobato, um dos expoentes intelectuais em uma carta destinada ao candidato Júlio Prestes: “porque não é com queijo, nem carne seca que os graves problemas que defrontam o Brasil serão resolvidos. É com café, audácia, visão, iniciativa e as mais outras qualidades *yankees* que caracterizam o paulista”.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Carta de Monteiro Lobato a Júlio Prestes de Albuquerque, Nova York, 28 de agosto de 1929, citado em DEBES, Célio. Júlio Prestes e a primeira república. São Paulo: Imprensa Oficial, 1982, p. 96. Fonte: WOODARD, James P. “Regionalismo Paulista e Política Partidária nos Anos Vinte”. Revista de História, 150, p. 41-56, 2004.

No entanto, Cerri (1998) afirma que embora os paulistas estivessem assegurados quanto ao predomínio cultural do estado no contexto nacional, em meados da década de 20 a produção intelectual da elite paulista passa a ter um novo enfoque – “o de defender a supremacia de São Paulo perante as críticas de outras elites regionais, que desenvolvem um discurso contrário ao da paulistanidade, como reflexo de sua luta pela participação no poder central” (CERRI, 1998).

No Brasil, a elite econômica paulista era, indubitavelmente, a que poderia ter maior contato com o que acontecia de novo na Europa, tanto pela rede de contatos que era estabelecida com o mercado internacional, quanto pelo poder aquisitivo desta classe. No período da mineração, este papel coube à elite mineira, que trouxe o ideário iluminista para assentar as bases ideológicas da Inconfidência Mineira.

Está claro que a identidade regional paulista está vinculada tanto ao crescimento econômico quanto à sua liderança neste aspecto. Desta maneira, as elites políticas paulistas passaram a arrogar para si também a liderança no processo político, apelando à figura do povo paulista como possuidor de características fundamentais para o processo político nacional. Neste sentido, as elites manipularam a imagem do povo paulista como merecedor do projeto que as próprias elites desejavam para si.

Com a proclamação da república, São Paulo se fortalece politicamente, conseguindo eleger os três primeiros presidentes civis. No governo de Campos Salles é estabelecido o pacto do café-com-leite. Este pacto de alternância no poder federal entre Minas Gerais e São Paulo vigora até a Revolução de 30, quando Minas Gerais se associa ao Rio Grande do Sul em represália ao fato de Washington Luís ter indicado um político paulista à presidência da república, o que desrespeitou a vez de Minas Gerais no processo de revezamento. Dezesete estados apoiaram o candidato paulista, enquanto que três estados (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba) se associaram para a tomada do poder.

Os efeitos econômicos propiciados pela Grande Depressão para São Paulo não só enfraqueceram não só o governo de Washington Luís, mas também alteraram as regras do jogo político, na medida em que São Paulo não mais controlava as políticas monetária, cambial e creditícia. Desta maneira, a elite político-econômica paulista perdeu espaço tanto no privilégio econômico promovido pelo Estado brasileiro, quanto na guerra fiscal com os outros estados.

Com os resultados obtidos pela Revolução de 30, São Paulo passa a perder espaço político, especialmente para o Rio Grande do Sul. As oligarquias cafeeiras

insatisfeitas com a perda de poder passam a manobrar a população paulista a insurgir contra as frequentes intervenções políticas protagonizadas pelo governo de Getúlio Vargas. Souza (2007) argumenta que a construção de uma identidade paulista nos anos 30, foi um projeto ideológico levado a cabo pela oligarquia paulista que se viu diante de um projeto político derrotado.

A reação a esta perda de poder político teve seu ápice na Revolução Constitucionalista de 1932, onde São Paulo se envolve em um conflito voltado para resistir às intervenções protagonizadas pelo governo de Getúlio Vargas.

Com a derrota no conflito, São Paulo perde prestígio político frente ao restante do país, uma vez que a eclosão do conflito era a prova evidente de que São Paulo seguiria colocando seus interesses em primeiro lugar, sempre à frente dos interesses da nação. Skidmore (1998) aponta que a “deslealdade” de São Paulo enfraqueceu ainda mais a sua capacidade de exercer influência na política nacional. O autor observa que apenas depois de três décadas para que São Paulo elege um novo presidente.

Contudo, os ânimos exaltados que levaram ao início do movimento de 32, muitas vezes estavam baseados em ideologias de superioridade e de auto-afirmação de São Paulo como uma localidade de povo superior, mais apto ao desenvolvimento do que os demais povos brasileiros. Este argumento é referendado por Weinstein (2003) onde a autora afirma que durante a convocação da população paulista para ingressar no conflito, as elites políticas paulistas enalteciam tanto a fibra cívica e moral dos bandeirantes, quanto o caráter culto e civilizado do povo de São Paulo. Deste modo, segundo a autora, o grupo que era favorável ao separatismo de São Paulo utilizava termos depreciativos para com os outros povos brasileiros, quer para demonstrar a superioridade de São Paulo, quer para comprovar a inferioridade dos outros povos. Segundo Souza (2007), o ideário separatista se sustenta na “integridade racial” do paulista, conceito sustentado por Alberto Sales no final do século XIX. Neste sentido, Sales propõe a criação de uma “pátria paulista” afirmando que já existiria um sentimento de separatismo na província.

Em linhas gerais, o regionalismo paulista parece estar mais associado à liderança econômica exercida pelo estado, do que atrelado a um movimento regional de contestação ao governo central, uma vez que o conflito de São Paulo contra o governo federal só irá ocorrer com a Revolução Constitucionalista de 1932, que será a reação paulista à perda de prestígio político junto ao poder central.

### **3. Política dos Governadores e Política do Café-com-Leite**

A Política dos Governadores foi um pacto existente durante os primeiros anos da República Velha, em que o Governo Federal apoiava os governos estaduais sem restrições, e em troca estes, fazendo uso de seus coronéis, elegiam bancadas com composição favorável ao governo federal para o Congresso Nacional e para as diversas Assembléias Legislativas, de forma que nem o governo federal e nem os governos estaduais tivessem de enfrentar qualquer tipo de oposição.

Ferreira e Pinto (2006) apontam que a Política dos Governadores possuía três objetivos principais. Em primeiro lugar, restringir as disputas políticas nos limites de cada estado para que não houvesse instabilidade política em nível nacional. Em segundo lugar, promover a convergência entre os interesses locais, estaduais e os da União e, finalmente, encerrar as tensões existentes entre o poder Executivo e o poder Legislativo, a partir do controle da eleição dos parlamentares.

Rebello Horta (1986) alega que a política dos governadores foi a herdeira da República Velha do poder moderador exercido durante o período imperial.

Esta política foi elaborada durante o governo de Campos Salles (1898-1902), onde este se empenhou em fortalecer esta política, com o intuito de ampliar o seu poder tanto em nível estadual, quanto em nível municipal, onde havia o domínio das oligarquias e dos coronéis, respectivamente. Além disso, foi criada a Comissão de Verificação dos Poderes, com a finalidade de diplomar os vencedores das eleições. Na prática, esta Comissão era mais um instrumento para assegurar a eleição dos candidatos convenientes tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais.

Como as duas maiores bancadas que compunham o Congresso Nacional eram as dos estados de Minas Gerais e de São Paulo, estas possuíam maior influência sobre a Comissão de Verificação dos Poderes. Desta maneira, estas bancadas conseguiam ter maior controle sobre a eleição de presidentes da república do que as demais. O domínio de Minas Gerais e São Paulo sobre a Comissão representou o embrião da política do café-com-leite que vigorou entre 1898 e 1930.

Desta forma, a política do café-com-leite se consistiu em uma política de revezamento do governo federal levada a cabo durante a República Velha por presidentes civis fortemente influenciados pelo setor agrário dos estados de São Paulo – mais poderoso economicamente, principalmente devido à produção de café voltada para

a exportação – e Minas Gerais – estado com maior colégio eleitoral do país à época e importante produtor de leite.

Desta maneira, o revezamento no poder se dava entre os representantes do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM), que controlavam as eleições e possuíam o apoio da elite agrária dos outros dezoito estados do Brasil.

Ferreira e Pinto (2006) entendem que por um lado, a política dos governadores foi exitosa em reduzir os conflitos entre as oligarquias, assegurando uma maior estabilidade das relações de poder, mas que por outro propiciou a emergência de um federalismo desigual onde Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo preponderavam sobre os outros estados da federação.

Em paralelo à política dos governadores protagonizada por Minas Gerais e São Paulo, o Rio Grande do Sul, representado na figura do senador Pinheiro Machado, capitalizava apoio político dos estados periféricos da federação. Desta maneira, o Rio Grande do Sul começa a circular nas esferas de poder federais devido ao fato de que o senador atuou como o “agente dos governadores da periferia hegemônica”, segundo argumenta Faoro (1957).

A década de 1920 forneceu numerosos indícios da crise da hegemonia cafeeicultora paulista, representados em movimentos políticos de contestação à situação vigente. Skidmore (1998) sustenta que no Brasil, havia um enfoque nas questões políticas, uma vez que o sistema político estava à beira do colapso com a fraude generalizada. Com isso, afirma o autor, as eleições perderam sua legitimidade como instrumento de distribuir poder político no país. Os resultados das eleições, ainda que sabidamente fraudados, eram tolerados pelas elites políticas. Nos anos vinte, não mais havia esta tolerância, uma vez que o direito de voto passou a perder força com as constantes fraudes eleitorais. Soma-se a isto o fato de não haver uma instituição imparcial para arbitrar estes conflitos, visto que os governos estaduais eram responsáveis por controlar a contagem dos votos. Neste sentido, Rebelo Horta (1986) argumenta que a reação contra o sistema fraudulento aumentava à medida que se verificavam os resultados adulterados das eleições no país. Nesta reação, aponta o autor, seria protagonista a burguesia média que se formou nas grandes cidades, com o desenvolvimento do comércio, da indústria e do aparato burocrático do Estado.

Os processos eleitorais presidenciais de 1918 e 1922 evidenciam a crise do sistema político vigente durante a primeira república. No ano de 1918, não houve

consenso entre os líderes estaduais quanto à candidatura. Desta maneira, lançaram mão da candidatura de Rodrigues Alves, que havia sido presidente na década anterior. O candidato acabou sendo eleito, porém morreu antes da posse. Um jurista renomado foi empossado em seu lugar. Não obstante, Epiácio Pessoa obteve pouco apoio político dos estados centrais e rapidamente tornou-se alvo de disputas políticas que perduraram ao longo do seu mandato.

As elites de Minas Gerais e São Paulo articularam a candidatura de Artur Bernardes para as eleições presidenciais de 1922. Este fato desagradou às oligarquias de segunda ordem, tais como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia que apoiavam a candidatura de Nilo Peçanha. Estas oligarquias gozaram de maior prestígio político durante o governo de Epiácio Pessoa, o que as inclinou a exercer influência sobre a sucessão presidencial.

Nas eleições de 1922, a falta de consenso entre as oligarquias estaduais motivou uma eleição acirrada entre a candidatura de Artur Bernardes, representante das oligarquias paulista e mineira, e a candidatura de Nilo Peçanha, candidato apoiado pelas oligarquias de segundo escalão.

A candidatura de Bernardes foi a motivação principal para a eclosão do movimento tenentista de 1922. O estopim da eclosão do movimento foi o vazamento de cartas, atribuídas ao candidato, onde havia deboche ao Exército (posteriormente, descobriu-se que as cartas eram falsas). Este movimento representou uma reação à manutenção da política da hegemonia cafeeira nos círculos militares. O eleitorado de Nilo Peçanha correspondia às classes médias urbanas e, portanto, também às baixas e médias patentes do meio militar. O movimento foi eleito pela historiografia como legítimo representante dos anseios das classes médias em crescimento no país.

Em relação à política econômica, a visão dos dois candidatos era diametralmente oposta. Peçanha entendia que a política econômica deveria se voltar à contenção dos preços praticados no mercado interno e à diminuição do impacto das desvalorizações cambiais que compartilhavam os prejuízos do setor cafeeiro com o restante da economia. Bernardes defendia exatamente o contrário.

Neste sentido, Fonseca (1999) argumenta que o movimento expressava a insatisfação de parte dos civis, no entanto o movimento radicalizava-se entre os jovens oficiais do Exército. Embora limitado aos oficiais de patente inferior, o autor argumenta que a expressão política deste movimento não poderia ser desprezada, uma vez que na ausência de partidos políticos nacionais, as forças armadas possuíam peso significativo

na política nacional. Rebelo Horta (1986) sustenta este argumento afirmando que ainda que a burguesia média não apresentasse força suficiente para lutar contra as oligarquias regionais, essa reação iria reacender-se nos quartéis, por meio do oficialato que também representa uma parcela desta burguesia.

Ferreira (1993) observa que o ano de 1922, reuniu uma série de episódios que alteraram a configuração política e cultural do país. Estão entre estes eventos – a “Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista do Brasil, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a comemoração do Centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922”<sup>6</sup>. Segundo a autora, esta sucessão de eventos são indicadores evidentes de que nos anos 20 os padrões culturais e políticos da República Velha careciam de legitimidade.

A eclosão do movimento do Forte de Copacabana em 1922 e a formação da Coluna Prestes em 1924 são dois exemplos inequívocos que ilustram tanto a insatisfação de segmentos militares contra o governo, quanto a intenção destes setores em insurgir contra o governo. Rebelo Horta (1986) observa que as Revoluções de 22 e 24 foram a consequência desse movimento de opinião que se fortaleceu com o advento das classes médias nas grandes cidades brasileiras.

Na década de vinte, a indústria brasileira apresenta um crescimento vigoroso, o que gerou uma oportunidade para a ascensão de classes médias bem como a formação de setores sindicais. Associado a este processo está o aumento dos preços internacionais do café, o que financiou as importações dos bens de capital para a indústria e propiciou um clima de investimentos no setor cafeeiro. Desta forma, houve excessivo plantio de lavouras de café, o que, mais adiante, com o colapso de 1929 gerou importantes déficits para o governo federal, visto que este passou a financiar o estoque excedente de café, como uma maneira de amortecer a queda na cotação do produto.

---

<sup>6</sup>FERREIRA, Marieta Moraes (1993). “A Reação Republicana e a Crise Política dos anos 20”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 10.

#### **4. Revolução de 30**

A Revolução de 1930 foi um movimento armado, de alcance nacional, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, em 24 de outubro de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes.

A Revolução de 30 corresponde ao evento histórico que marca o fim do período da República Velha, uma vez que este encerra a política dos governadores e o pacto do café-com-leite.

Este capítulo se dedicará a entender a contribuição do regionalismo para a eclosão do movimento de 30, com ênfase na atuação dos três estados estudados até aqui, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Fonseca (1999) afirma que um dos temas pouco abordados pela historiografia diz respeito à gênese regional da “Revolução de 30”. A relevância deste tema reside no entendimento das razões pelas quais as oligarquias regionais que sempre estiveram dispostas ao longo da República a aquiescer com a hegemonia do pacto do café-com-leite, ao final da década de 1920 terem passado à contestação e terem levado esta às últimas conseqüências, vale dizer, ao conflito armado.

A relevância do exame da Revolução de 30 para o presente trabalho está no fato de que, pela primeira vez, os três atores políticos estudados neste trabalho irão atuar em um mesmo conflito, sendo que este resulta em um rearranjo dos espaços de poder entre os três estados. Portanto, a Revolução de 30 corresponde ao momento histórico onde as trajetórias políticas destes estados se interceptam.

A Revolução de 30 é uma das conseqüências da perda da influência de São Paulo na política nacional. Com a Grande Depressão, as cotações internacionais do café caíram de maneira abrupta. Como a economia paulista dependia diretamente das exportações cafeeiras, as elites político-econômicas paulistas passaram a perder prestígio junto às elites dos demais estados. Sem dúvida, a crise na atividade cafeeira abriu espaço para outras elites políticas, notadamente a elite gaúcha e mineira.

Soma-se a isso o rompimento do pacto do café-com-leite, onde São Paulo deveria apoiar Minas Gerais para as eleições presidenciais que sucederiam o presidente Washington Luís. No entanto, o candidato paulista Júlio Prestes era apoiado por 17 dos 20 governadores de estado, o que levou a Washington Luís a apontá-lo como seu

sucessor. Esta decisão por parte do presidente desagradou as elites políticas de Minas Gerais, que romperam o pacto com as elites de São Paulo.

O rompimento desta aliança, até então bastante fortuita, representou uma oportunidade singular para que as elites políticas rio-grandenses pudessem alcançar a mesma estatura política das elites de Minas Gerais e São Paulo. Portanto, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder representava um espaço político que o Rio Grande do Sul jamais havia ocupado: o governo federal. Portanto, a Revolução de 30 marca definitivamente a consolidação das elites políticas gaúchas na política nacional.

Neste contexto, a oposição à candidatura oficial formou a Aliança Liberal, que indicou Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul e ministro das Finanças para concorrer à presidência. No decorrer da campanha, a oposição passou a desconfiar da contagem final dos votos, o que levou esta a cogitar a realização de um golpe, caso Júlio Prestes fosse eleito.

Numerosos integrantes da oposição declararam o resultado fraudulento, no entanto, Getúlio entendia que não possuía poder suficiente para efetivamente conseguir contestar os resultados da eleição. Getúlio mudou de ideia com o assassinato do seu candidato a vice-presidente, João Pessoa, o que o levou a mobilizar a oposição a pegar em armas.

Washington Luís é convencido a renunciar antes que Getúlio e suas tropas pudessem alcançar a capital federal. Com isso, o presidente não consegue transmitir o cargo ao seu sucessor, Júlio Prestes. Getúlio chega ao Rio de Janeiro alguns dias depois e é empossado como presidente provisório.

Skidmore (1998) identifica quatro elementos que proporcionaram a vitória de Getúlio Vargas. O primeiro destes elementos diz respeito ao descontentamento dos líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o domínio de São Paulo sobre a política nacional. Um segundo elemento foi a oposição do Partido Democrático (PD) de São Paulo ao Partido Republicano Paulista (PRP), o que provocou uma divisão interna entre as elites políticas paulistas. O terceiro aspecto refere-se à rebelião dos tenentes contra as autoridades civis e militares vigentes até então. Por fim, alguns cafeicultores que estavam insatisfeitos com o fracasso do governo federal em compensar as perdas ocasionadas pela queda nos preços internacionais do café. Neste sentido, o autor argumenta que este conjunto de fatores tão heterogêneos teria de ser instável, o que naturalmente iria provocar tensões com as primeiras medidas tomadas pelo governo provisório.

Martins (1980) observa que o entendimento de que a Revolução de 30 foi um marco na história contemporânea deve vir acompanhada de duas observações.

A primeira observação diz que a escolha de acontecimento político como um marco nem sempre se deve ao acontecimento em si, mas sim aos fenômenos que se acreditam que sejam decorrentes deste acontecimento. Portanto, para o autor, a Revolução de 30 ocorreu anteriormente a uma série de fenômenos importantes para o país (como o processo de industrialização), mas não necessariamente guarda relação direta com a eclosão destes fenômenos.

A segunda observação é a de que a Revolução de 30 poderia realmente ter ocasionado mudanças políticas sem paralelo no país, visto que a Revolução, pela primeira vez, conseguiu articular forças políticas em diferentes regiões do país em torno de uma ação comum, de alcance nacional. Fonseca (1999) sustenta este argumento alegando que a Revolução de 30 pode ser considerada, em relação a vários aspectos, como o primeiro movimento armado da história do Brasil com características marcadamente nacionais.

Desta maneira, Martins (1980) entende que a importância atribuída ao movimento na historiografia nacional parece se basear na interpretação que se seguiram à Revolução. São alguns destes fenômenos: as inovações no sistema político, as medidas implementadas no campo social, a reorganização e modernização do aparelho estatal, a incorporação de novos setores à cena política (como as classes médias e os sindicatos) e, em uma visão mais estrutural, os processos de crise do sistema oligárquico e a expansão da industrialização e, conseqüentemente, da urbanização.

O autor argumenta que em razão destes processos indicarem rupturas, o termo Revolução é empregado para designar tanto o processo, quanto o episódio político específico. Este episódio, aponta o autor, chegou mesmo a ser comparado, em sua forma extremada por muitos autores, como a versão brasileira da revolução burguesa.

Em relação ao desenvolvimentismo atribuído como conseqüência da Revolução de 30, Fonseca (1993) afirma que o embrião do ideário desenvolvimentista levado a cabo durante o regime de Getúlio está no positivismo, uma vez que esta ideologia se opõe ao liberalismo clássico, no que concerne à aceitação do Estado como condutor do desenvolvimento em associação com a iniciativa privada. Desta maneira, a ideologia positivista e trabalhista que estava difundida entre as elites políticas do Rio Grande do Sul, pôde ter maior espaço em nível nacional com o regime getulista.

Ferreira e Pinto (2006) identificam diversas correntes explicativas para a eclosão do movimento de outubro de 1930. A primeira delas alega que o movimento de 30 seria um movimento de classes médias, onde haveria um conflito entre as aspirações da pequena e média burguesia e os interesses da associação entre os grandes industriais, grandes comerciantes e os grandes produtores de café.

A segunda das interpretações entende que a Revolução de 30 como a ascensão da burguesia industrial às esferas de poder. Desta maneira, a crise de 1929 proporcionou o enfraquecimento da classe agroexportadora dominante, abrindo uma fissura onde a burguesia industrial em associação com as classes médias urbanas pôde acessar o comando do aparelho estatal.

De acordo com as autoras, ainda há uma vertente alternativa da qual Boris Fausto é o seu principal expoente, onde a interpretação reside no entendimento de que o movimento foi o resultado de um conflito entre oligarquias estaduais que objetivavam “golpear a hegemonia da burguesia cafeeira”<sup>7</sup>.

É sabido que as elites políticas de São Paulo manipulavam a política cambial e monetária para favorecer o setor agroexportador e que esta manipulação desfavorecia o setor pecuário rio-grandense, voltado para o mercado interno. A hegemonia da política gaúcha obtida com a Revolução de 30 fez com que São Paulo não mais pudesse ter controle sobre estas políticas, agravando ainda mais o declínio econômico do estado.

A perda de poder político-econômico associado com as frequentes intervenções políticas protagonizadas pelo governo de Vargas foram importantes motivações que levaram à eclosão do movimento de 1932.

Em julho de 1932, teve início o conflito que tinha como principal reivindicação a convocação de eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte.

Pode-se dizer que a Revolução Constitucionalista não foi ocasionada apenas pelo descontentamento das classes médias urbanas com a crise econômica e com o governo autoritário de Vargas, mas sim pela perda de prestígio da oligarquia cafeeira paulista que se viu deslocada dos centros do poder em consequência do novo rearranjo político proporcionado pela Revolução de 30.

Desta maneira, aproveitando-se do clima de insatisfação geral da população, as oligarquias paulistas perceberam a intensidade dos protestos e atribuíram os problemas

---

<sup>7</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta . Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

da crise econômica para o governo autoritário de Vargas e à sua recusa em realizar eleições para uma Assembleia Constituinte.

O conflito termina em outubro de 1932, onde os paulistas, mesmo derrotados, conseguiram ganhos políticos. O governo de Vargas se comprometeu em avançar com a promulgação de uma nova constituição para o país e São Paulo passou a ter um interventor de origem paulista e civil, conforme a elite paulista desejava.

No entanto, com a rebelião, a elite política paulista perdeu crédito perante todo o país, visto que o movimento de 1932 era a prova inequívoca de que São Paulo, o estado mais poderoso do Brasil, seguiria colocando seus interesses em primeiro lugar, sempre à frente dos interesses do país. Skidmore (1998) argumenta que a “deslealdade” de São Paulo enfraqueceu ainda mais a sua capacidade de exercer influência na política nacional. Foram necessárias três décadas para que houvesse um novo presidente de origem paulista, Jânio Quadros, e ainda assim tendo este sido eleito em meio a um quadro de grave instabilidade política, culminando na sua renúncia.

A desconfiança das oligarquias paulistas que culminaram no movimento de 1932 não era sem motivo – era inequívoca a intenção de Getúlio de centralizar o poder e de eliminar as ameaças regionalistas que se predominavam no período anterior ao seu governo. No ano de 1937, com o estabelecimento do Estado Novo, Vargas ordena a realização de um ritual de incineração das bandeiras estaduais no centro do Rio de Janeiro. Este ato marca o advento da unificação do país e, portanto, o declínio dos poderes das oligarquias estaduais.

No tocante à política econômica, durante o governo de Vargas no Rio Grande do Sul, houve intervencionismo econômico no sentido de desenvolver a indústria rio-grandense. Portanto, de acordo com Mertz (1996), o Estado nacional-desenvolvimentista, resultante dos desdobramentos da Revolução de 30, significava a replicação de uma experiência intervencionista bem sucedida durante o governo de Getúlio Vargas no estado.

## Conclusão

Pode-se observar com o exposto pelo seguinte trabalho que os movimentos regionalistas foram ressignificados em torno de conseguir tanto uma unidade política em torno dos interesses de cada uma das unidades da federação estudadas, quanto de conseguir um melhor posicionamento em relação aos diversos interesses regionais inscritos na federação.

Portanto, os movimentos emancipacionistas cumprem uma dupla função – a de satisfazer o regionalismo tal como proposto por Dante Moreira Leite (1983), onde este afirma que o regionalismo é uma consequência natural do sentimento de etnocentrismo, onde este é entendido como a tendência do ser humano em entender o grupo ao qual é pertencente como o centro de todas as coisas. Desta maneira, o regionalismo apresenta-se como um fenômeno psicológico. Ao lado desta definição está a de Love (2000) onde este alega que o regionalismo é um padrão político tal que os atores regionais aceitam a existência de uma entidade maior (o Estado-nação), mas buscam o favorecimento econômico e a proteção política deste último, ainda que isto implique em risco para o próprio regime político. Neste sentido, o regionalismo apresenta-se como um fenômeno político.

Ainda que os três movimentos estudados tenham se dado em diferentes períodos da história política nacional, todos tiveram uma aspiração comum – autonomia em relação ao poder central. A Inconfidência Mineira ocorreu devido à intransigência da Coroa Portuguesa em obter uma arrecadação de impostos quando o esgotamento das minas de ouro já era uma realidade. A Revolução Farroupilha, por sua vez, eclodiu em razão do tratamento desigual por parte do governo central dado às questões tributárias do principal produto de exportação do estado, o charque. Por fim, a Revolução Constitucionalista de 32 foi ocasionada em razão da intervenção política promovida pelo governo de Vargas e pela reivindicação da convocação de eleições e de uma Assembleia Constituinte.

Portanto, nesta interpretação, os movimentos emancipacionistas foram importantes para a conquista de um maior espaço político destes estados junto aos demais. Isto se dá por diversas razões.

Em primeiro lugar, como estes três estados têm maior força econômica, estes sempre tiveram de lutar para que os seus interesses prevalecessem sobre os interesses

dos demais estados. Isto gerou a necessidade da manutenção de forças militares paralelas às forças militares federais. Portanto, conforme aponta Love (2000), a riqueza e as atribuições fiscais destes estados lhes conferiam recursos suficientes para manter organizações paramilitares que pudessem se confrontar em pé de igualdade com as intervenções militares do governo central, relativamente comuns em outros estados neste período. Este argumento é ratificado por Faoro (1957) onde este argumenta que não poderia haver intervenções nos “estados capazes de reagir em pé de igualdade, com suas respectivas milícias – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul”.<sup>8</sup>

Em segundo lugar, a história de conflitos direcionados contra o governo central fez com que os estados despertassem para o fato de haver forças capazes de realizar intervenções militares promovidas pelo poder central. Neste sentido, os três estados, ao contrário dos demais, se atentaram para a necessidade de manter forças militares paralelas ao Exército Brasileiro para ao menos resistir às intervenções federais. Este argumento é sustentado por Skidmore (1998) onde este alega que a fraqueza do Exército Brasileiro estimulou os principais estados da nação a organizarem suas próprias milícias estaduais.

Poderia se argumentar, neste sentido, que outras regiões brasileiras também tiveram conflitos armados e, portanto, estas também poderiam organizar milícias para reagir às arbitrariedades promovidas pelo poder central. O argumento seria válido se estas outras regiões tivessem experimentado crescimento econômico que fornecesse recursos aos respectivos governos estaduais para financiar a formação e a manutenção destas tropas.

Desta maneira, estados como Bahia, onde ocorreu a Sabinada; Pará onde ocorreu a Cabanagem e Maranhão onde ocorreu a Balaiada apresentaram declínio econômico durante e depois do período das rebeliões regenciais. Os estados periféricos tinham uma relação de dependência para com o governo central para conseguirem os recursos necessários à sua manutenção. Desta maneira, estes estados não puderam converter a sua reivindicação por autonomia em capital político.

Por outro lado, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo conseguiram efetuar esta conversão em capital político porque viveram um processo de ascensão econômica do período subsequente às suas revoluções, o que lhes proporcionou uma posição privilegiada no cenário federativo da República Velha e lhes deu condições de

---

<sup>8</sup> FAORO, Raymundo. (1957) Os donos do poder. São Paulo: Globo

formar e manter uma milícia estadual capaz de resistir às intervenções militares federais.

Desta maneira, a influência destes estados cresceu, visto que em decorrência do crescimento econômico, a população (e, portanto, o eleitorado) destes estados cresceu, suas elites tiveram maior importância política e estavam em posição privilegiada no federalismo proposto pela Constituição de 1891. Este federalismo, conforme aponta Love (2000) beneficiou estes três estados no contexto da federação, uma vez que a Constituição de 1891 conferia atribuições fiscais aos estados, especialmente em relação à taxação das exportações e do consumo, que tornava os estados mais desenvolvidos mais fortes e os estados mais pobres mais enfraquecidos, e, portanto dependentes do governo federal.

Outro fator importante, segundo Love (2000) foi o de que os estados maiores se beneficiavam do sistema político, uma vez que apenas a população masculina alfabetizada tinha direito a voto. Conseqüentemente, os estados mais desenvolvidos dispunham de colégios eleitorais maiores, tanto porque tinham maior população do que os demais estados, quanto porque poderia oferecer sistemas educacionais melhores aos seus habitantes, o que aumentava a proporção da população alfabetizada. Desta maneira, com o aumento de suas respectivas populações, as bancadas destes estados no Congresso Nacional também se expandiam, o que conferiu maior influência política a estes estados também na esfera legislativa.

Em relação ao regionalismo de caráter psicológico, tal como observado por Dante Moreira Leite (1983), houve uma intensa preocupação por parte das elites intelectuais destes estados em rememorar figuras emblemáticas, no sentido de dar às respectivas populações de cada um dos três estados uma origem nobre. Neste sentido, o objetivo destas construções míticas era enaltecer os atributos positivos de cada uma destas figuras no sentido de associar estas qualidades aos respectivos povos destes estados. Portanto, o objetivo destas construções míticas é a ponte entre o aspecto psicológico do regionalismo e o aspecto político do regionalismo, uma vez que os atributos destas personagens míticas foram ressignificados no sentido de conferir à população de cada estado características que justificassem o estado possuir um melhor posicionamento no contexto federativo. Em contextos de crise econômica, perda de prestígio político ou mesmo de saída das esferas de poder, o apelo à história e às personagens míticas se faz mais presente.

Neste sentido, parece claro que em Minas Gerais a figura do inconfidente, que aspira por liberdade e pela construção de um projeto nacional, passou a ser lembrada como exemplo de civismo e patriotismo a ser seguido pelo país. Neste sentido, as elites mineiras tiveram êxito, uma vez que a data da execução de Tiradentes, líder do movimento, foi adotada como feriado nacional. Portanto, a memória do inconfidente associa-se com o sentimento de liberdade e democracia, sendo os mineiros os portadores genuínos deste legado inconfidente. O espírito da conciliação política mineira parece ter se originado daí.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, adotou a figura do guerreiro farroupilha no plano interno, como exemplo do gaúcho que não se deixa abater pelas adversidades da vida. Associada a esta ideia, está a construção da ideia de um povo que não se permite ser objeto de intervenções políticas por parte do governo central. No plano externo, o que se criou em termos de mito foi a imagem de um gaúcho ordeiro, disposto a colaborar com o sucesso da nação, uma vez que no restante do país havia a ideia de o rio-grandense seria mais platino do que brasileiro.

São Paulo adotou o bandeirante como sua figura emblemática. Ao bandeirante foram atribuídas características tais como coragem, empreendedorismo e pioneirismo, que representavam os atributos do paulista como propulsor do desenvolvimento econômico de todo o país. A relação que se tenta estabelecer é entre o bandeirante e o empreendedor paulista, sendo o primeiro responsável pela expansão e integração do território e o segundo, por ser supostamente descendente do primeiro, responsável por irradiar o desenvolvimento econômico por todo o país.

A influência destes estados se fez sentir nos anos posteriores à Revolução de 30, onde o ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubistchek, consegue se eleger presidente, sendo este apontado por muitos como sucessor das práticas desenvolvimentistas de Vargas. São Paulo consegue eleger como presidente o ex-prefeito da capital paulista, Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio Quadros, o vice-presidente eleito, João Goulart toma posse e coloca outra vez o Rio Grande do Sul à frente da presidência do Brasil. Durante o governo João Goulart, o Brasil teve a sua primeira e única experiência parlamentarista durante a república. O primeiro-ministro neste período foi Tancredo Neves, político oriundo de uma oligarquia mineira.

Com o golpe de 1964, diversos integrantes do exército gaúcho passam a comandar o governo federal. Durante o regime militar, tivemos três presidentes

oriundos do exército gaúcho, quais sejam: Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979).

É pertinente dizer que a introdução das elites políticas gaúchas no contexto nacional está frequentemente associada a golpes de Estado. Na verdade, isto reflete uma tradição política do Rio Grande do Sul de autoritarismo e isolacionismo construída durante o período castilhista. As elites políticas rio-grandenses sempre tiveram uma relação muito próxima com o meio militar, uma vez que o Estado sempre teve uma vocação bélica em razão de sua localização meridional e, portanto, da luta contra as ameaças constantes dos vizinhos platinos. Esta relação também foi construída durante o período Castilhista, onde o Partido Republicano Rio-grandense passou a ter relações profundas com os militares. Este argumento se sustenta pelo fato de que dentre os seis presidentes gaúchos, quatro eram militares de formação. E outros quatro governaram o país através de regimes autoritários.

Com o final da ditadura, a figura de Tancredo Neves reaparece como importante mediador político na transição entre a ditadura e a redemocratização. Conforme aponta Mata-Machado (1987), a elite política mineira aparece como mediadora e conciliadora em contextos de transição política. Nas eleições indiretas para presidente, Tancredo derrota o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, no que foi uma replicação das disputas políticas entre Minas Gerais e São Paulo na República Velha.

Tancredo Neves morre no dia 21 de abril de 1985, data que coincide com a morte do mártir Tiradentes, o que motivou a atribuição de um caráter cívico à morte de Tancredo.

Com o início da Nova República, os três estados apresentam participação marcante nos novos rumos da política nacional. Em 1989, o presidente Fernando Collor de Mello (neto do ex-senador gaúcho Lindolfo Collor) torna-se o primeiro presidente eleito através de eleições diretas após o regime militar. Entretanto, Collor, no ano de 1992 enfrenta o processo de *impeachment*, sendo destituído do cargo em meio a um governo marcado por denúncias de corrupção. O então vice-presidente, Itamar Franco, político mineiro, assume o governo em meio a uma grave crise institucional. Mais uma vez, a tão propalada conciliação mineira aparece para resolver um problema de vazio institucional.

No ano de 1994, Fernando Henrique se elege presidente em primeiro turno. Ex-catedrático da USP, Fernando Henrique havia sido senador pelo estado de São Paulo e também candidato a prefeito da capital paulista. A vitória de Fernando Henrique é um

exemplo inequívoco do retorno de São Paulo à frente da presidência do Brasil. Em 1998, Fernando Henrique se reelege e em 2002, aponta o candidato à sua sucessão, o ex-ministro da Saúde, José Serra.

Entretanto, no ano de 2002, Luís Inácio Lula da Silva se elege presidente. Embora seja pernambucano de nascimento, a sua história política foi construída como líder sindical na região do ABCD paulista. Portanto, Lula é mais um presidente eleito oriundo de São Paulo. A exemplo de Fernando Henrique, Lula se reelege em 2006, derrotando o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Nas eleições presidenciais de 2010, Dilma Rousseff, candidata à sucessão de Lula se elege, derrotando o então governador de São Paulo, José Serra. Dilma Rousseff, nascida em Belo Horizonte, tem a sua história política ligada à militância política em Minas Gerais. Com a repressão sofrida durante o regime militar, Dilma refugia-se em Porto Alegre. Na capital gaúcha, volta a ingressar na vida política, onde foi secretária do governo de Alceu Collares. Portanto, a meu ver, a presidente Dilma representa tanto a política mineira quanto a política gaúcha no governo federal.

Em relação ao posicionamento político do eleitorado destes três estados, tem-se que nas últimas duas eleições presidenciais, onde houve polarização no segundo turno entre candidatos tucanos e candidatos petistas, observa-se que São Paulo votou tanto no segundo turno de 2006, quanto em 2010 a favor do candidato presidencial tucano (respectivamente, Geraldo Alckmin e José Serra), que, nas duas ocasiões foram o então governador do estado.

O eleitorado de Minas Gerais votou a favor de Lula em 2006 e de Dilma em 2010, ainda que as porcentagens entre os candidatos petistas e tucanos nas duas ocasiões tenha sido muito próximas.

O eleitorado do Rio Grande do Sul votou a favor de Lula em 2006 e de José Serra em 2010, mostrando que, a exemplo de Minas Gerais, o eleitorado gaúcho se encontra bastante dividido entre os dois partidos.

Na esfera legislativa, a influência de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo sempre foi determinante. As bancadas destes três estados figuraram entre as maiores no período da República Velha e ainda hoje são bancadas numerosas. No entanto, a Constituição de 1988 estabeleceu um piso e um teto para o número de deputados federais por Estado. São Paulo, por ser o estado com maior colégio eleitoral possui o número máximo de cadeiras, 70. Entretanto, se o número de cadeiras na Câmara dos Deputados fosse exatamente proporcional à proporção de habitantes do

estado, São Paulo teria o número de 110 cadeiras, o que equivaleria a mais de 20% dos deputados federais.

Ainda com um número desfavorável de parlamentares dentro do Congresso Nacional, São Paulo ainda dispõe de importante prestígio político, tendo elegido no período pós-1988 cinco mandatos de presidente da Câmara dos Deputados.

Minas Gerais continua tendo uma bancada bastante influente dentro do Congresso Nacional no período pós-1988. O estado conta com 53 deputados federais, tendo elegido o presidente da Câmara dos Deputados em uma ocasião neste período.

O Rio Grande do Sul conta com 31 deputados federais tendo elegido no período pós-1988, dois presidentes da Câmara dos Deputados, sendo um deles o atual presidente, Marco Maia.

Em relação aos dois principais partidos do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) a influência das elites políticas dos três estados é nítida.

Em relação ao PSDB, basta observar que todos os candidatos presidenciais do PSDB foram oriundos de São Paulo. O estado de São Paulo foi governado por doze anos por políticos do PSDB e o atual governador também é do partido. Em Minas Gerais, Aécio Neves governou o estado por oito anos e elegeu seu sucessor para governar o estado. O Rio Grande do Sul foi governado por quatro anos pelo PSDB.

Em relação ao PT, a própria figura de Lula, ex-líder sindical paulista, demonstra que o partido tem forte influência paulista. Dois presidentes da Câmara dos Deputados foram parlamentares petistas e de São Paulo. Em Minas Gerais, o PT governou a capital, Belo Horizonte, por oito anos. No Rio Grande do Sul, Olívio Dutra governou o estado por quatro anos e o atual governador do estado é petista. O atual presidente da Câmara dos Deputados é gaúcho e petista.

Tendo em vista o exposto acima, parece evidente que os movimentos regionalistas tiveram sua parcela de responsabilidade para moldar o caráter regionalista destes estados, tanto no nível político, quanto no nível psicológico. Este caráter regionalista, por sua vez, forneceu capital político para sustentar o protagonismo dos três estados no cenário nacional.

## Referências Bibliográficas

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BANDEIRA, Pedro Silveira. “A Ressureição do Separatismo no Brasil”. *Indicadores Econômicos FEE*, 1993.

CERRI, Luís Fernando. “*Non Ducor, Duco*: A Ideologia da Paulistanidade e a Escola”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, p. 116-117, 1998.

CORTÉS, Carlos E. *Gaúcho Politics in Brazil – The politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1974.

DACANAL, José Hildebrando. “Réquiem, ainda que tarde, para os farroupilhas”. In: *A Revolução Farroupilha: História & Interpretação*. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1985.

DIAS, Fernando C. “A Inconfidência Mineira em Contextos de Revisão”. In: *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2/3, 1989.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Marieta Moraes. “A Reação Republicana e a Crise Política dos anos 20”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.

FONSECA, P. C. D. “A Gênese Regional da Revolução de 30”. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 113-127, 1999.

FONSECA, P. C. D. “Positivismo, Trabalhismo, Populismo: A Ideologia das Elites Gaúchas”. *Ensaio FEE*, v. 14, n. 2, p. 410-421, 1993.

FREITAS, Décio. “Farrapos: uma rebelião federalista”. In: *A Revolução Farroupilha: História & Interpretação*. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1985.

\_\_\_\_\_; PESAVENTO, Sandra J. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: FREITAS, Décio et al. *A Revolução Farroupilha: História & Interpretação*. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1985.

FURTADO, J. P. “Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade”. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 42, 2001.

HORTA, Cid Rebelo. “Famílias Governamentais de Minas Gerais”. In: *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 1986.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

LOVE, Joseph L. *A Locomotiva: São Paulo na Federação (1891-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOVE, Joseph L. “A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)”. In: *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, pp. 121-160

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

MARINS, P. C. G.. “O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista”. *Anais do Museu Paulista*. v. 6/7. p. 9-36, 1998.

MARTINS, Luciano. “A Revolução de 30 e seu significado político”, In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: Ed. UnB, (Coleção Temas Brasileiros, vol. 54), p. 2-12, 1980.

MATA-MACHADO, Bernardo. “O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação”. In: *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 1987.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAXWELL, Kenneth. “Conjuração Mineira: novos aspectos”. *Estudos Avançados*, São Paulo, 3 (6): 6-23, 1989.

MERTZ, Marli. “Burguesia Industrial Gaúcha nos anos 30: a defesa da ‘representação de classes’ como forma de participação política”. *Ensaio FEE*, v. 17, n. 2, p. 387-406, 1996.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difel – Difusão Europeia do Livro, 1970.

MOUTINHO, J. M. N. “A Paulistanidade Revista: algumas reflexões sobre um discurso político”. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 3, n. 1-2, 1991.

OLIVEN, Ruben George. “O Rio Grande do Sul e o Brasil: Uma Relação Controvertida”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 9, p. 7-14, 1989.

OLIVEN, Ruben George. “São Paulo, o Nordeste e o Rio Grande do Sul”. *Ensaio FEE*, v. 14, n. 2, p. 397-409, 1993.

PAULA, João Antônio de. “A Inconfidência Mineira: Revolução e Limites”. In: *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2/3, 1989.

SCHEIDT, Eduardo. “O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha”. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 147, p. 189-209, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOBRINHO, Souza. *A Importância de Minas Gerais na Política Nacional*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1973.

SOUZA, Ricardo Luiz de. “A Mitologia Bandeirante: Construção e Sentidos”. *História Social*, Campinas, n. 13, p. 151-171, 2007.

SOUZA, Ricardo Luiz de. “História Regional e Identidade: o caso de São Paulo”. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 36/37, p. 389-411, 2007

VELLOSO, M. P. “A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

WEINSTEIN, Barbara. “Racializing Regional Difference: São Paulo vs. Brazil, 1932”. In: Nancy Appelbaum, Anne Macpherson e Karin Roseblatt, eds., *Race and Nation in Modern Latin America* (Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press), p. 237-262, 2003.

WIRTH, John D. *Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WIRTH, John D. *Minas Gerais in the Brazilian Federation (1889-1930)*. Stanford: Stanford Univ. Press. 1982.

WOODARD, James P. “Regionalismo Paulista e Política Partidária nos Anos Vinte”. *Revista de História*, 150, p. 41-56, 2004.